



RELATÓRIO ANUAL

DAS

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

2014

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL submete à apreciação dos Senhores o Relatório das principais atividades referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa Empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob nº.75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

O ano de 2014 foi bastante turbulento para o setor energético no país, com reajustes tarifários que desequilibraram as finanças das concessionárias. Também passamos por mudanças nas regras para renovação das concessões, que vencem em 2015. As concessionárias precisaram de muito profissionalismo e empenho de suas equipes para enfrentar a crise que está se desencadeando.

Mesmo o país vivendo um momento de pouco crescimento econômico, a Cotel continua crescendo em número de consumidores, energia vendida e na qualidade do atendimento prestado. Em 2014, a Companhia atingiu a marca de 47.471 unidades consumidoras atendidas, sendo que 175 com fornecimento em alta tensão. Em toda a extensão do município a Companhia está presente.

Uma significativa parcela do orçamento da Cotel foi destinada em 2014 à realização de obras e melhoria e ampliação da rede de distribuição. Garantir a qualidade da energia entregue ao consumidor e minimizar as interrupções são os objetivos que norteiam toda a equipe técnica da empresa. Após minucioso estudo, foram instalados religadores automáticos nos circuitos mais críticos. A realização da manutenção preventiva também foi intensificada – atividades como poda de vegetação próxima à rede e revisão de materiais. Outros projetos de melhoria iniciaram em 2014, como o processo de compra da subestação e a adoção de redes compactas.

Para garantir à qualidade no atendimento prestado a atualização de funcionários é constante – foram 2.773 horas de treinamento em 2014. A Companhia também conta com as certificações ISO 9001 e ISO 10002 nos escopos que envolvem diretamente os serviços prestados aos consumidores. A busca pela qualidade total faz parte do dia-a-dia da empresa, visando sempre melhorar os processos e otimizar o uso dos recursos.

Destaco ainda o teatro promovido pela Companhia através do Programa de Eficiência Energética – realizado em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A peça foi desenvolvida especialmente para tratar sobre o fim do desperdício e do risco no mau uso da energia elétrica. Foram mais de 3 mil espectadores em diversos bairros da cidade, que agora levam adiante o conhecimento adquirido.

Atualizamos nosso método de emissão de faturas e a central de tele atendimento. O sistema de “faturamento instantâneo” já está sendo utilizado em diversos bairros, e em breve será aplicado em toda a cidade. O novo sistema permite que a fatura seja emitida assim que a leitura é realizada, trazendo mais agilidade ao trabalho. A central de atendimento telefônico passou a contar com menu inicial que permite a solicitação de alguns serviços de forma automática, sem necessidade de falar com atendente. Informação de falta de energia, solicitação de religações e solicitações para manutenção na iluminação pública são serviços que podem ser solicitados diretamente. A capacidade de atendimento aumentou consideravelmente com a mudança, garantindo que todos sejam atendidos mesmo em períodos críticos.

O ano de 2014 será por muito tempo lembrado por um dos episódios mais críticos da história da cidade – a chuva de granizo de 17 de outubro que devastou diversos bairros. O prejuízo causado pelo granizo já é de conhecimento de todos. Quero registrar aqui que este episódio também mostrou a determinação e a coragem de nossa equipe. Foram dias seguidos de trabalho ininterrupto para garantir o

restabelecimento do fornecimento de energia em toda a cidade. Em 17 de outubro comemoramos o “Dia do Eletricista”, e foi nesta data que estes profissionais puderam mais uma vez mostrar o quanto são valorosos e essenciais à cidade.

Registro o mais sincero agradecimento aos profissionais que se dedicam a garantir o melhor atendimento, a melhor energia possível aos campo-larguenses. Obrigado também aos fornecedores, prestadores de serviço, conselheiros, acionistas e todos que contribuem para o sucesso da empresa.

Boa leitura!

Cordialmente,

Emídio Pianaro Junior.

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

Política da Qualidade

“Melhorar continuamente os nossos serviços de distribuição de energia elétrica, atendendo as expectativas dos clientes, acionistas, colaboradores e comunidade”. (ISO-9001)

Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores “.

Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 46 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, com contrato de concessão para prestação de Serviços Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 027/1999, assinado em 30/03/1999, com prazo de vigência de 20 anos, podendo ser renovado por mais 20 anos. Prazo final de vencimento do contrato em 07/07/2015.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cocal manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 122.443 habitantes, segundo dados do IBGE 2014.



Estrutura Organizacional



Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por onze acionistas eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 37.000 (trinta e sete milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2014	2013
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa BEZ & Associados Auditores Independentes S/S para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

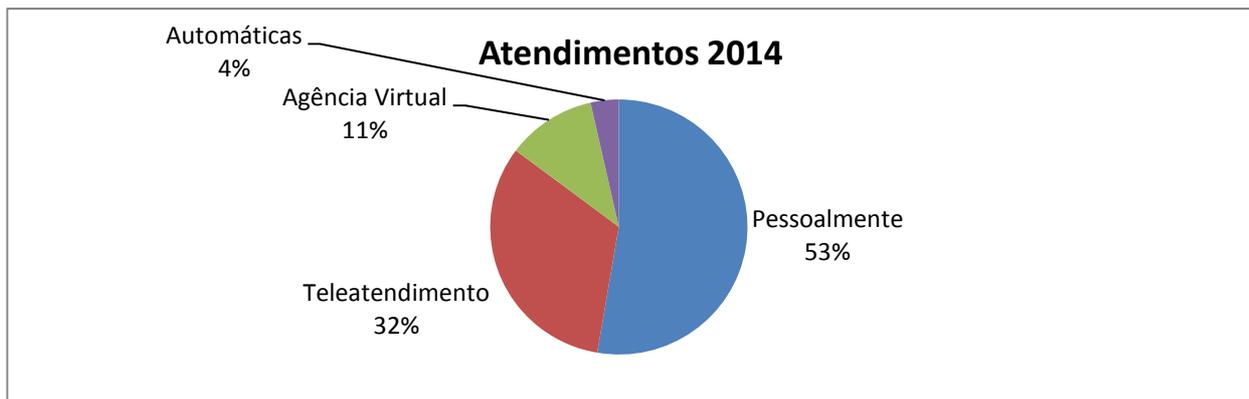
A Concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 122.443 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2014, e área de 1.244 km².

Atendimento aos consumidores

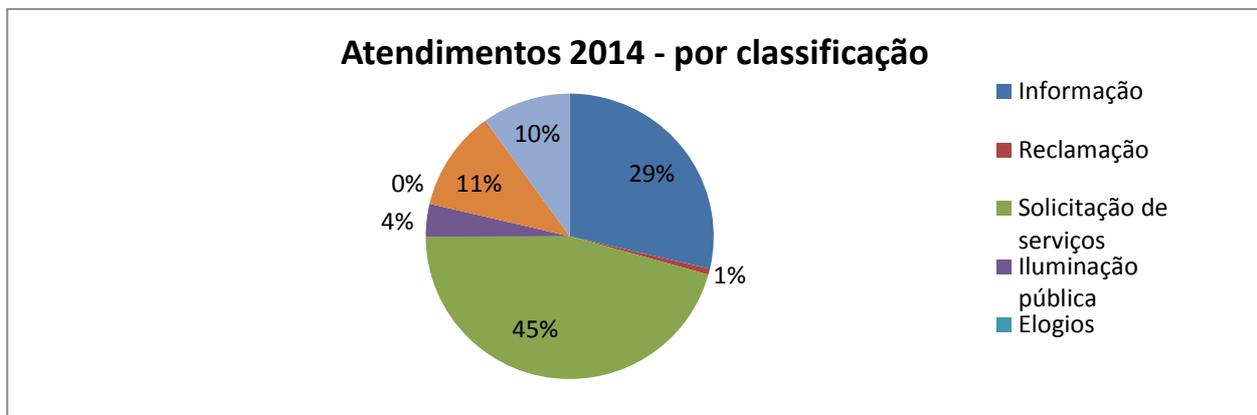
O Setor de Atendimento conta com quatorze colaborador, sendo onze próprios, uma estagiária e dois menores aprendizes. A Companhia disponibiliza cinco canais de atendimento a seus consumidores:

- Pessoalmente, realizado na sede da empresa, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30.
- Tele atendimento: ligação gratuita para o telefone 0800-7262121, o atendimento comercial é realizado de segunda-feira a sábado, das 8h às 20h, e o atendimento a emergências 24h, todos os dias.
- Agência Virtual: disponível em tempo integral, em nosso site www.cocel.com.br.
- "Fale conosco" / e-mail atendimento@cocel.com.br: disponível em tempo integral, com link na página inicial do site oficial.
- Mensagem de sms: disponível em tempo integral, pelo telefone (41) 9106-9146, exclusivamente para informação de falta de energia.

Um total de **170.801** protocolos de atendimento foi gerado em 2014 (incluindo as religações abertas automaticamente, Agência Virtual, sms e central telefônica). A quantidade de atendimentos em meios alternativos cresce a cada ano, porém ainda há alguns casos em que é necessário que o consumidor compareça à sede da Cocel, e o meio preferido pelo consumidor para informar falta de energia continua sendo o telefone. A maior parte dos atendimentos foi realizada pessoalmente, na sede da empresa (53%). O tele atendimento foi responsável por 32% do total, enquanto Agência Virtual por 11%. Os atendimentos gerados automaticamente (pedidos de religação quando se constata o pagamento da fatura) foram 4% do total.



A maioria dos atendimentos realizados é para registro de solicitações de serviço, seguidas de informações a respeito de faturas.



Em novembro de 2014 houve um grande avanço na qualidade do atendimento prestado ao consumidor, com a implantação da central de atendimento telefônico automatizada. A central do 0800-7262121 passou a ter linhas digitais e menu inicial com cinco opções:

- 1) Informar falta de energia;
- 2) Informar problemas na rede (como galhos caídos);
- 3) Informar problemas na iluminação pública;
- 4) Solicitar religação;
- 5) Falar com atendente.

O próprio consumidor pode registrar suas solicitações seguindo as orientações da central automatizada, sem necessidade de interferência do atendente. O número de linhas disponíveis para a central também foi ampliado. Com as mudanças a capacidade de atendimento da central telefônica cresceu consideravelmente, garantindo qualidade no atendimento até mesmo em situações críticas – durante faltas de energia generalizadas, por exemplo, quando uma grande quantidade de consumidores entra em contato ao mesmo tempo. Em casos de falta de energia, quando o consumidor registra a informação via central telefônica, já é avisado se a interrupção se trata de desligamento programado ou não, e a previsão para normalização do fornecimento – quando houver.

A nova central também possibilita que os consumidores solicitem o serviço de religação a qualquer momento, mesmo quando não há atendente disponível. O atendimento da central fica disponível 24 horas, todos os dias.

O processo de desenvolvimento e instalação da nova central telefônica levou cerca de doze meses, onde todos os processos envolvidos foram revisados e melhorados, e foi realizada a instalação dos novos equipamentos softwares. A melhoria promovida pela Cocel é pioneira entre as concessionárias de pequeno porte, resultado de um grande esforço de seus funcionários.

Em 2014 a Cocel passou a avisar os desligamentos programados para realização de obras também através de mensagens de celular (sms). Os avisos já são feitos através do site, em jornal e duas rádios locais. Com o aviso adicional via sms, a Companhia aumenta ainda mais a efetividade na comunicação com seus consumidores.

As ações de divulgação da Cocel sempre divulgam as formas de contato com a Companhia, ressaltando os meios alternativos – como a Agência Virtual e sms. Em 2014 foram realizadas campanhas informativas em rádios e jornais locais sobre o uso do sms para informar falta de energia, sobre prevenção de acidentes e uso responsável da energia elétrica.

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 34 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria da Cocel é um setor independente dos demais e fica à disposição dos consumidores que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores. As Ouvidorias das Concessionárias de Energia Elétrica são regulamentadas pela Resolução nº 470/2011 – Aneel.

No ano de 2014, a Ouvidoria atendeu a 107 reclamações de seus consumidores, sendo que 11% delas foram feitas via telefone, 50% pessoalmente, 34% foram registradas junto à Aneel e 5% no Procom.

Aspectos Operacionais

Mercado de Energia Elétrica

Foram realizadas no ano 1.875 novas ligações, das quais 1.684 são da classe residencial. Totalizando no final do exercício de 2014, 47.471 consumidores contra os 45.596 consumidores de 2013, o que representa um crescimento de 4,1%. Destaque na classe residencial que representa 88,4% do número de consumidores.

O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um crescimento de 18,8%, passando de R\$ 94.465 mil em 2013 para R\$ 112.270 mil em 2014.

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2014, totalizou 305.823 MWh um crescimento de 3,03%, comparando com a energia faturada no ano de 2013, que totalizou 296.932 MWh.

A classe industrial composta por 550 consumidores representa 1,2% do total de consumidores, 46,5% do mercado de energia em kWh, e 42,5% do faturamento bruto.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2014, R\$ 257,85/MWh, representando um crescimento de 16,78% em relação a dezembro de 2013.

A relação consumidor-empregados passou de 396 para 405 consumidores para cada empregado em 2014.

A energia requerida ao longo do exercício de 2014 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um crescimento de 6,15%, passando de 304.326 MWh em 2013 para 323.052 MWh em 2014.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 5,3%.

Novas Ligações de Consumidores

Classe	2014	2013	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	41.958	40.274	4,2	88,4
Industrial	550	549	0,0	1,2
Comercial	3.007	2.901	3,7	6,3
Rural	1.666	1.618	3,0	3,5
Poder Público	212	206	2,9	0,4
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	75	45	66,7	0,2
Consumo Próprio	2	2	-	-
TOTAL	47.471	45.596	4,1	100,0

Mercado de Energia Vendida: (MWh)

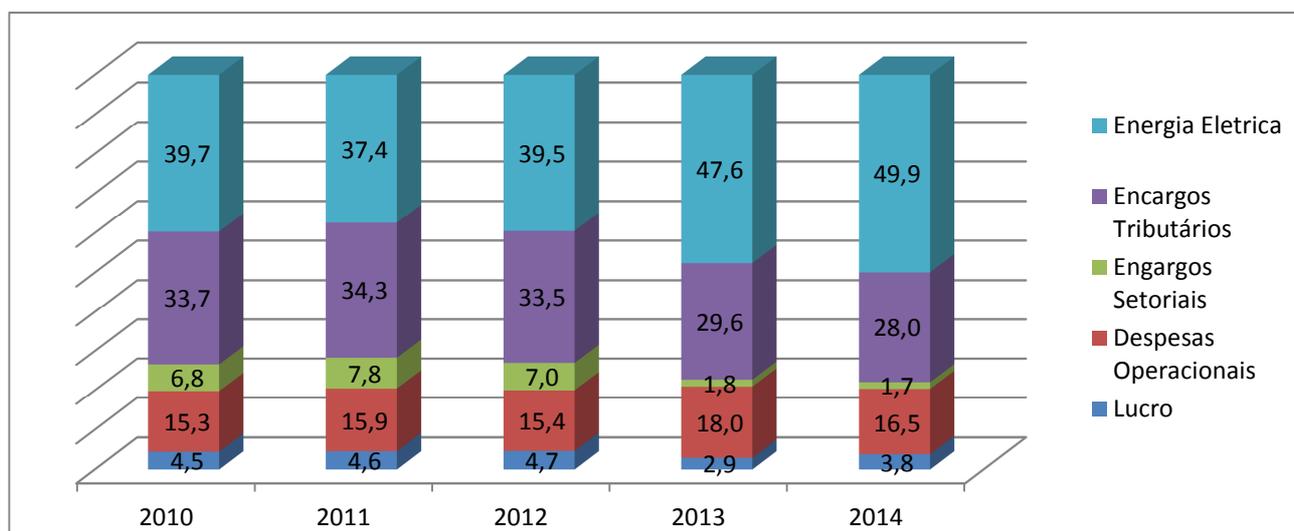
Classe	2014	2013	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	81.757	77.709	5,2	26,7
Industrial	142.240	144.358	(1,5)	46,5
Comercial	50.547	44.794	12,8	16,5
Rural	7.223	6.745	7,1	2,4
Poder Público	4.506	4.475	0,7	1,5
Iluminação Pública	13.143	13.075	0,5	4,3
Serviço Público	6.292	5.660	11,2	2,1
Consumo Próprio	115	116	0,9	-
TOTAL	305.823	296.932	3,0	100,00

Receita Bruta da Venda de Energia Elétrica - faturada: (R\$ mil)

Classe	2014	2013	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	36.477	31.065	17,4	32,5
Industrial	47.669	41.407	15,1	42,5
Comercial	19.544	14.965	30,6	17,4
Rural	1.380	1.114	23,9	1,2
Poder Público	1.963	1.666	17,8	1,7
Iluminação Pública	3.250	2.736	18,8	2,9
Serviço Público	1.987	1.512	31,4	1,8
TOTAL	112.270	94.465	18,8	100,00

Composição da Tarifa – com utilização de dados reclassificados pelo Demonstrativo do valor adicionado – DVA.

É demonstrada no gráfico abaixo a composição da tarifa em percentuais com base na Receita Bruta total. É apresentado um resumo dos valores mais expressivos, onde temos a Parcela "A" que são os custos não gerenciáveis como Energia Elétrica, Encargos Tributários e Encargos Setoriais e as Despesas operacionais, que é a Parcela "B" - custos gerenciáveis que somam despesas com Pessoal, administradores, Material, Serviço de terceiros e outros. É a parcela "B" utilizada para a operacionalização da distribuição da Energia Elétrica no município. Somando-se ao Lucro líquido anual, resulta no valor utilizado para também efetuar seus investimentos e remunerar os acionistas.



Tarifa média

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2014	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2013
Residencial	301,86	268,40
Industrial	238,94	201,84
Comercial	276,43	234,77
Rural	183,64	157,87
Poder Público	295,86	250,92
Iluminação Pública	165,88	139,33
Serviço Público	213,44	179,22
Consumo Próprio	288,73	247,35
Tarifa Média	257,85	220,80

INADIMPLÊNCIA

Valores a receber de consumidores incluindo outros créditos além da Energia consumida.

Saldos em 31/12/2014							
Classes	A vencer	Vencidas até 30 dias	Vencidas de 31 a 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas a mais de 360 dias	Total
Residencial	1.749.195	1.269.896	221.851	27.663	34.533	415.947	3.719.085
Industrial	2.825.740	1.423.489	45.848	505	14.027	158.504	4.468.113
Comercial	1.293.242	326.487	99.425	10.408	8.699	205.388	1.943.649
Rural	48.648	22.319	2.617	393	204	357	74.537
Poder público	177.044	87.133	155.567	141.988	-	61.831	623.564
Iluminação Pública	299.744	-	-	-	-	-	299.744
Serviço Público	198.246	6.282	-	-	-	-	204.528
Soma	6.591.859	3.135.606	525.308	180.957	57.463	842.027	11.333.220

Revisão Tarifária

A revisão tarifária está estabelecida no contrato de concessão e é realizada a cada quatro anos. São analisadas todas as receitas e despesas e também efetuada a reavaliação dos ativos necessários para a prestação dos serviços de energia elétrica. Após estas análises são definidas as novas tarifas.

Em 19 de Junho de 2012, conforme a Resolução Homologatória nº 1.297/2012 - ANEEL, ocorreu a terceira Revisão Tarifária Periódica quando as tarifas foram reajustadas em média 1,16% decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico de 1,11% da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de 0,44%, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

Revisão Extraordinária – Janeiro/2013

Resolução Homologatória nº 1.465, De 24 De Janeiro de 2013.

As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam a revisão tarifária extraordinária e os componentes financeiros pertinentes definidos no processo nº 48500.005370/2011– 90 estarão em vigor no período de 24 de janeiro de 2013 a 23 de junho de 2013.

Conforme Nota Técnica 15/2013-SER/ANEEL, os resultados obtidos da revisão extraordinária atingiram uma redução de 18,41% para a Cocel.

A partir do mês de fevereiro, a Cocel ficou isenta de pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

Foi fixado o valor mensal de R\$ 374.513,24 (trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e treze reais e vinte e quatro centavos), a ser repassado pela Eletrobrás à Cocel a partir de fevereiro de 2013, até o dia 10 do mês subsequente, referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no art. 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 4º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Reajuste tarifário anual – 2013/2014

Resolução Homologatória nº 1.566, De 9 De Julho de 2013.

As tarifas da base econômica da Cocel, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.465, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reajustadas em 2,32% (dois vírgula trinta e dois por cento), sendo 8,01% (oito vírgula zero um por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -5,69% (cinco vírgula sessenta e nove por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Reajuste tarifário anual – 2014/2015

Resolução Homologatória nº 1764, De 22 De Julho de 2014.

Por proposição da Cocel, ficou autorizado pela Aneel, em caráter excepcional, o diferimento parcial do reajuste o valor de R\$ 1.906.834,08 a ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários.

Em decorrência do diferimento, o índice de reajuste tarifário anual médio ficou em 20,45%, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores em relação as tarifas vigentes de 27,27%.

Indicadores Sociais Externos

Qualidade Técnica do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizados no exercício 2014 no Conjunto Campo Largo foi de 9,09 e 6,72 e no Conjunto DCL foi de 11,92 e 8,81 respectivamente.

Investimentos

Resumo das Obras Realizadas

Ao longo de 2014 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Tipo da Obra	Rede B.T (m)	Rede A.T. (m)	Postes	Trafos	Potência Inst.(kVA)	Qtde de Obras	Investimento (R\$ Mil)
Ampliação Urbana	6.038	4.476	227	90	1.050	62	443
Reforço Urbano	2.528	17.017	126	49	1.867	56	793
Melhoria Urbana	9.056	5.647	451	91	2.124	246	1.408
Ampliação Rural	922	7.830	118	41	396	50	433
Reforço Rural	56	644	2	10	260	10	42
Melhoria Rural	2.128	7.245	179	34	158	91	696
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	100
Medidores Urbano/R.Aéreo	-	-	-	-	-	-	1.028
Intangíveis - softwares	-	-	-	-	-	-	58
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	107
TOTAL	20.728	42.859	1.103	315	5.855	515	5.108

Tabela comparativa de crescimento do Sistema de Distribuição

Sistema de Distribuição	Posição atual	
	2014	2013
Redes de distribuição - Baixa Tensão (Km)	778	757
Redes de distribuição - Alta Tensão (Km)	1.682	1.639
Postes - Unidade	34.049	32.946
Transformadores - Unidades	4.911	4.596
Potência instalada em Transformadores (KVA)	230.612	224.757
Consumidores	47.471	45.596

Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.

PROGRAMA “LUZ PARA TODOS”

O que é o Programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa foi orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor.

Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

Histórico das Obras do “Programa Luz para Todos”

Nas obras do Programa Luz para Todos a COCEL forneceu a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL já encerrou o programa em 2014 com atendimento de 100% de seus consumidores. Foram realizadas 1377 novas ligações o que abrange aproximadamente 6.500 habitantes.

Quadro de Metas Físicas do Programa

Tipo	Realizado total
Consumidores	1.377
Padrões de entrada	1.345
Kit Instalação interna	1.142
Km de rede A.T.	338
Km de rede B.T.	38
Postes	4.236
Transformadores	563
Potência instalada (kVA)	9.142

Programa “Luz Fraterna”

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o Bolsa Família cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. O programa atende também consumidores de classe rural que tenham o cartão do Bolsa Família com ligação monofásica ou bifásica com disjuntor de até 50 amperes para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2014	2013
Nº de residências atendidas	1.619	1.556
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	3,85%	4,17%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	245	160
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,94%	0,72%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	245	160

Tarifa do Programa Baixa Renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com as seguintes condições:

- I – família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou
- II – quem receba o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou
- III – família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa.

Tarifa de Baixa Renda	2014	2013
Nº de residências atendidas	3.109	3.056
Residências atendidas pelo Programa Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	7,41%	8,20%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	920	923
Total da receita de faturamento da classe de consumo “Baixa Renda” em relação ao total da receita do faturamento residencial	3,52%	4,71%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa Baixa Renda (R\$ mil)	549	456

Projetos de Eficiência Energética

Por lei, as distribuidoras de energia devem aplicar anualmente parte de seu lucro em projetos de Eficiência Energética. Com o objetivo de combater ao desperdício de energia, a COCEL reserva 0,5% da sua receita operacional líquida para desenvolver o Programa de Eficiência Energética (PEE), seguindo a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O programa de racionalização representa uma nova atitude, uma nova forma de usufruir de tudo o que a energia elétrica pode proporcionar, suprimindo desperdícios. Para muitas famílias, além da economia na fatura de energia o programa de racionalização representa ganhos na qualidade de vida.

Em 2014 a COCEL iniciou um novo projeto de Eficiência Energética voltado à classe de consumidores de baixa renda, beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica. Combinando ações educacionais e troca de equipamentos, a Companhia promove a conscientização das famílias e a redução de consumo. Como parte do projeto, a peça teatral “Família sem noção, só confusão!” foi apresentada em treze escolas de nosso município - atingindo um público de mais de 3.500 pessoas. De forma leve e divertida a peça alertou sobre os maus hábitos que causam desperdício no consumo de energia elétrica, sobre as situações que podem ser perigosas e também sobre o que fazer quando a energia acaba. O combate ao desperdício de energia no segmento de baixa renda representa benefício direto não apenas para as famílias, com a diminuição da conta de luz, mas contribuem de modo significativo também para o sistema elétrico.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

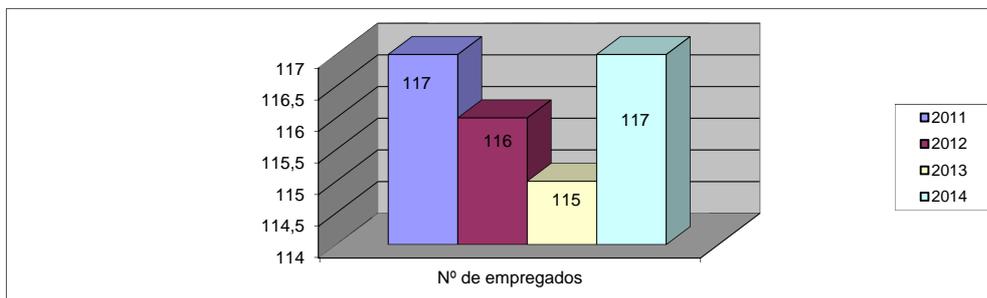
Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2014, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.250 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 3.218 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 117 colaboradores.



Programa de Alimentação

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.065 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento).

Nos meses de abril e/ou maio, é realizada campanha de vacinação antigripal estendido a todos os funcionários da Companhia.

Convênio odontológico

A COCEL mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Inclusive implantes. Estende-se também aos dependentes. Sobram a cargo do funcionário em média 20% do tratamento.

Convênio Farmácia

A COCEL mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.

EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Cenecista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com **07** estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

Menor Aprendiz - Combate a Mão de Obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 menores desenvolveram atividades na Companhia.

Ajuda de Custo de Material Escolar

A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 48 mil.

Segurança e Medicina do Trabalho

A COCEL mantém uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercício semanais.

Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 53 mil em bolsa de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manterem seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária.

Curso	Carga Horária	Funcionários treinados
Apresentação da empresa e suas diretrizes	3h	7
Construção, manutenção e operação de rede de distribuição de área	255h	6
Curso básico: segurança em instalações de serviços com	80h	4
Curso complementar: Segurança no Sistema Elétrico de Potência –	80h	4
Curso de cipeiro	20h	15
Curso de manutenção em rede de distribuição compacta em linhas	24h	6
Curso de operador de guindauto	32h	3
Fundamentos básicos de eletricidade	64h	4
Instruções da norma técnica de COCEL – NTC 001	02h	43
Integração do colaborador	01h	1
NR 35 – Trabalho em altura	16h	4
Relações interpessoais	24h	4
Responsabilidade civil e criminal	08h	4
Salvamento e resgate em estruturas de rede de distribuição	26h	4
Segurança do Trabalho – Riscos adicionais, acidentes de trabalho	28h	4
Sistema de gestão de qualidade	01h	1
Sistema de proteção de redes de distribuição	02h	8
Treinamento de combate a incêndio	04h	11
Treinamento ISO 9001	03h	15
Treinamento Ordem de Serviço	13h	56
Treinamento para atendimento a consumidores da COCEL	80h	2
XVIII SIPAT – Semana Interna de prevenção de acidentes	05h	134
TOTAL	771h	340

Dimensão Econômica Financeira

Receita Operacional Bruta

- A Receita de fornecimento de Energia Elétrica faturada e Não faturada em 2014, totalizou R\$ 112.880.607 contra R\$ 94.216.251 em 2013, representando um acréscimo de 19,81% comparando um ano para outro. Este acréscimo foi em função do reajuste médio ocorrido em Junho/2014 de 20,45%.

- Em Outras Receitas, temos os valores registrados de Subvenções s/Descontos nas tarifas do Serviço Público e Subsidio da classe Baixa Renda, que somaram em 2014, R\$ 1.709.656 contra R\$ 1.197.486 de 2013, com acréscimo de 42,77%.

- As Demais Receitas somaram R\$ 2.753,624 em 2014 e R\$ 1.737.379 em 2013. Acréscimo de 58,49% devido a receita recebida a título de Serviços de Manutenção da Iluminação Pública no valor de R\$ 916.512 da Prefeitura Municipal de Campo Largo.

A partir de Dezembro de 2014, foram transferidos para o Município, todos os ativos referentes ao sistema de Iluminação Pública conforme determinado pela Resolução nº 414/2010, artigo 218/Aneel.

A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

- Receita de construção: estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

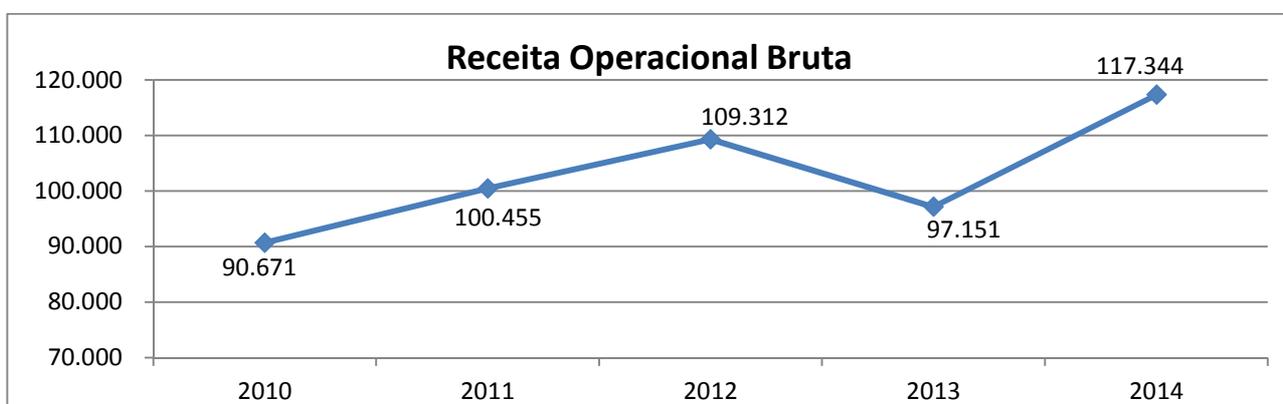
A contabilização é efetuada nas Receitas e como Custos relativos ao serviço de construção ou melhorias na infraestrutura. A margem de construção sinaliza no resultado valor "zero".

Receita Bruta de Energia Elétrica – faturada

Classes	Receita (R\$)		
	2014	2013	2012
Residencial	36.476.977	31.065.398	35.201.822
Industrial	47.669.116	41.406.026	47.962.769
Comercial	19.543.659	14.964.476	16.070.606
Rural	1.380.301	1.114.021	1.255.129
Poder Público	1.963.139	1.665.970	1.945.000
Iluminação pública	3.249.893	2.736.384	3.094.432
Serviço Público	1.986.979	1.512.377	1.698.184
T O T A L	112.270.064	94.464.652	107.227.942

Energia Não faturada

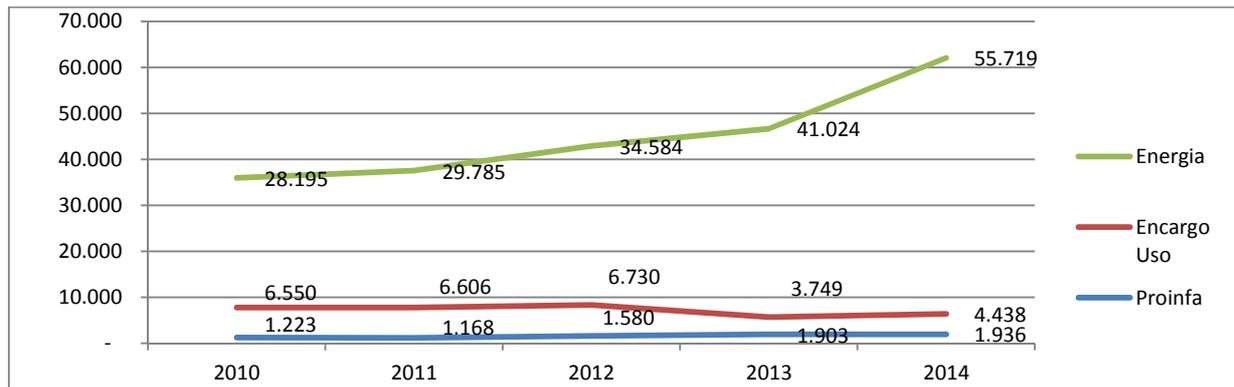
TOTAL	Energia não faturada (R\$)		
	2014	2013	2012
T O T A L	575.267	(248.402)	155.934

**Deduções da Receita**

	2014	2013	2012
Encargos do Consumidor			
RGR – Cota de Reserva Legal	801.221	61.288	-
CCC – Conta de consumo de Combustível	2.999.866	172.407	-
CDE – Conta de desenvolvimento Energético	3.090.560	814.051	1.251.829
Programa de Eficiência Energética	306.824	299.873	376.363
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	306.824	308.059	376.363
Outros	184.094	-	-
T O T A L	7.689.389	1.655.678	2.004.555
Impostos e Contribuições			
Icms	29.540.442	24.623.935	28.903.921
Cofins	8.321.437	7.374.655	8.912.672
Pis/Pasep	1.806.628	1.601.076	1.934.988
T O T A L	39.668.507	33.599.666	39.751.581
T O T A L D A S D E D U Ç Õ E S	47.357.896	35.255.344	41.756.136

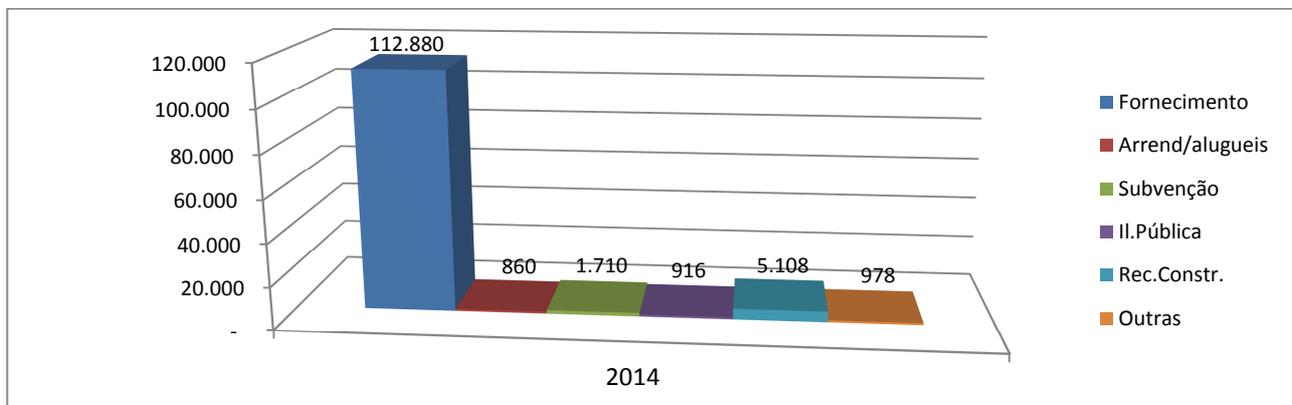
Custo do Serviço de Energia Elétrica

	2014	2013	2012
Custo com Energia Elétrica			
Compra de Energia para Revenda	55.718.524,12	41.023.805,34	34.583.710,00
Encargos do Uso do Sistema	4.437.696,10	3.749.439,90	6.729.661,55
Proinfa	1.935.720,87	1.903.143,32	1.580.006,13
Bolha Financeira – Resol. 243/06	902.804,63	1.011.622,17	609.608,46
Conta de Compens.Var.Parc."A" – CVA	(1.628.068,20)	-	(200.754,91)
Subvenção CDE	(5.617.698,60)	(2.996.105,92)	-
Crédito de Cofins/Pis/Pasep	(5.827.013,95)	(4.412.537,18)	(4.024.022,26)
T O T A L	49.921.964,97	40.279.367,63	39.278.208,97



Custos Operacionais – Gerenciáveis

Despesas Gerais	2014	2013	2012
Pessoal	11.905.952	10.970.675	9.815.170
Material	1.276.165	953.165	923.674
Serviço de Terceiros	3.590.232	3.265.169	3.259.158
Taxa de Fiscalização	109.957	132.936	141.767
Arrendamento e alugueis	109.534	106.124	127.780
Seguros	106.415	88.020	73.436
Doações, Contribuições e Subvenções	195.594	69.192	174.173
Custo Serv.prest.a terceiros-Lig Legal	176.241	62.609	108.390
Depreciação	2.265.839	2.117.102	1.801.092
Custo com construção	5.108.423	5.561.691	-
Outras despesas operacionais	657.897	440.847	375.608
T O T A L	25.502.249	23.767.530	16.800.248

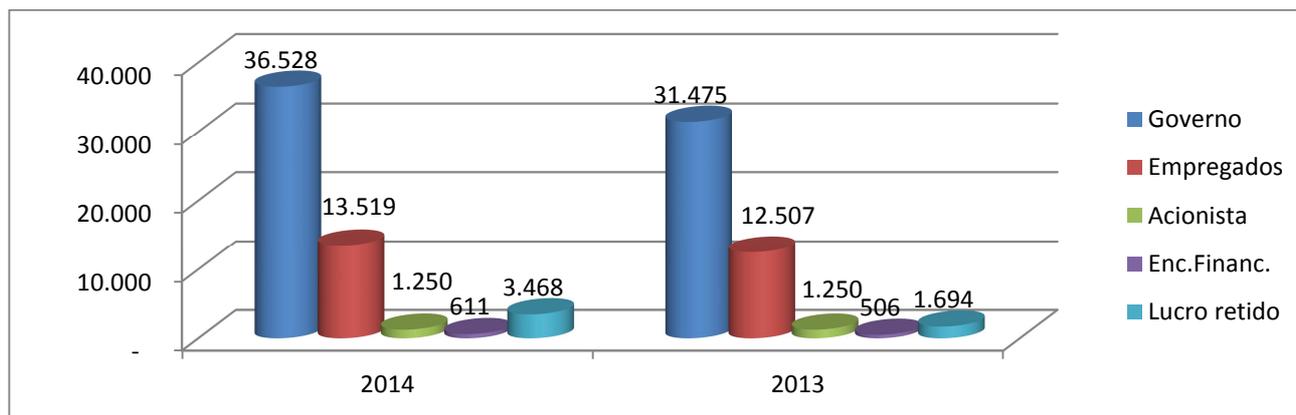


Resultado Financeiro

Receitas (Despesas) Financeiras	2014	2013	2012
Renda de aplicações financeiras	184.897	244.953	153.604
Variação Monetária e Acréscimos Moratórios – Energia Vendida	1.265.710	989.889	1.101.732
Outras Receitas Financeiras	148.610	212.052	137.116
Juros s/Capital próprio	(1.250.000)	(1.250.000)	(2.630.000)
Outras Despesas Financeiras	(610.599)	(528.274)	(697.140)
T O T A L	(261.382)	(331.380)	(1.934.688)

Valor Adicionado

Distribuição do Valor Adicionado (em R\$ mil)

**LAJIDA ou EBITDA**

Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 8 milhões e margem de 10,5% em 2014, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2014	2013	2012
Depreciação / Amortização	2.698.119	2.500.753	2.247.390
Resultado das Atividades	5.265.865	3.410.459	6.013.814
EBITDA	7.963.984	5.911.212	8.261.204
Receita Operacional Líquida	75.581.655	61.895.666	61.950.705
Margem do EBITDA - %	10,54%	9,55%	13,34%

Índice/coeficiente	Fórmula	2014	2013	2012
Liquidez imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	R\$ 0,12	R\$ 0,24	R\$ 0,15
Liquidez corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	R\$ 1,10	R\$ 1,09	R\$ 1,07
Liquidez geral	$\frac{\text{Ativo Circ. + Realizável L.P.}}{\text{Passivo Circ. + Exigível L.P.}}$	R\$ 1,07	R\$ 1,04	R\$ 1,03
Endividamento Total	$\frac{\text{Exigibilidades totais}}{\text{Ativo Total}}$	R\$ 0,33	R\$ 0,24	R\$ 0,25
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	10,2%	7,1%	11,76%
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	0,92	0,94	0,90
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	0,75	0,75	0,74
Desp.Pessoal/Rec.Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	6,78%	7,20%	6,66%
Energia Comprada/Rec. Líquida	$\frac{\text{Custo Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	61,87%	59,71%	58,54%
Capital de Giro	$\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$	R\$ 2.003.323	R\$ 1.246.964	R\$ 1.369.578
Lucro Líquido	-	R\$ 4.718.252	R\$ 2.943.859	R\$ 4.681.001
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	R\$ 7.963.984	R\$ 5.911.212	R\$ 8.261.204

BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2014 – Valor (R\$ mil)			2013 – Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	80.690			67.458		
Lucro Operacional	4.703			2.943		
Folha de Pagamento Bruta	11.905			10.971		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	1.065	8,9%	1,3%	949	8,7%	1,4%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	2.693	22,6%	3,3%	2.372	21,6%	3,5%
Previdência privada	29	0,2%	0,0%	27	0,3%	0,0%
Saúde	623	5,2%	0,8%	580	5,3%	0,9%
Segurança e Medicina no Trabalho	91	0,8%	0,1%	50	0,5%	0,1%
Educação	91	0,8%	0,1%	90	0,8%	0,1%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenv.Profissional	23	0,2%	0,0%	63	0,6%	0,1%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	495	4,2%	0,61%	412	3,8%	0,61%
Outros	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	5.110	42,9%	6,3%	4.543	41,4%	6,7%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	315	10,7%	0,5%
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	315	10,7%	0,5%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	36.519		45,3%	31.475		46,7%
Total – Indicadores Sociais Externos	41.629		51,6%	31.790		47,1%

	2014	2013
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	117	115
Nº de empregados terceirizados	46	46
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	42	42
2º Grau	52	49
1º Grau	23	24
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	19	13
De 30 até 45 anos (exclusive)	50	64
Acima de 45 anos	48	38
Admissões durante o período	11	7
Demissões durante o período	9	8
N.º de mulheres que trabalham na empresa	25	21
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31,3%	26,7%
Estagiários	8	7
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2014			2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração	8,0			7,7		
Nº total de acidentes de trabalho	8			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2014.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2014.

Emidio Pianaro Junior
Diretor Presidente

Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico

Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Administrativo

Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico

Marcus Preis
Diretor Econômico/Financeiro

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Balanco Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

ATIVO	2014	2013
CIRCULANTE		
Numerário Disponível	2.075	737
Aplicações no Mercado Aberto	286	2.553
Consumidores, Concessionários e Permissionários	13.786	10.242
Devedores Diversos	623	739
Serviços em Curso	392	70
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(908)	(915)
Estoques	966	1.075
Despesas pagas Antecipadamente	1.961	76
Outros Créditos	2.575	405
	21.756	14.982
NÃO CIRCULANTE		
Títulos e Valores Mobiliários	195	195
Depósitos Judiciais	228	40
Ativos financeiros	42.636	38.547
Ativo financeiro – Resol.243/06	4.204	-
Outros	275	307
	47.538	39.089
Investimentos	287	288
Intangível em serviço	1.468	4.638
Intangível em curso	4.232	4.306
	5.987	9.232
	53.525	48.321
TOTAL DO ATIVO	75.281	63.303

Balanco Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE		
Fornecedores	7.953	5.493
Folha de Pagamento	185	186
Tributos e Contribuições Sociais	3.366	2.625
Participação nos Lucros	570	499
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	996	11
Empréstimos e Financiamentos	298	298
Credores Diversos	248	43
Obrigações Estimadas	1.090	977
Encargos do Consumidor	136	78
Encargos Tarifários	8	8
Pesquisa e Desenvolvimento. / Eficiência Energética	3.861	2.999
Provisões para Contingências	200	94
Outras Contas a Pagar	856	424
	19.767	13.735
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos	962	1.260
Passivo financeiro Resol.243/06	4.204	-
Obrigações Especiais	5.407	6.821
	10.573	8.081
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	37.000	36.000
Reservas de Capital	7.941	5.487
	44.941	41.487
TOTAL DO PASSIVO	75.281	63.303

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	2014	2013
Receita Operacional		
Fornecimento de Energia Elétrica	112.881	94.216
Outras Receitas	4.463	2.935
Receita de Construção	5.108	5.562
	122.452	102.713
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	(28.904)	(24.624)
COFINS / PASEP	(10.847)	(8.976)
RGR - Quota para Reserva Global de Reversão	(8)	(61)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(1.252)	(814)
CCC - Quota para Conta de Consumo de Combustível	-	(172)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(751)	(608)
	(41.762)	(35.255)
Receita Operacional Líquida	80.690	67.458
Custo do Serviço de Energia Elétrica		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(45.895)	(36.877)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distrib.	(4.027)	(3.403)
Pessoal	(5.475)	(4.860)
Material	(632)	(361)
Serviço de Terceiros	(1.054)	(841)
Depreciação e Amortização	(1.946)	(1.800)
Custo de Construção	(5.108)	(5.562)
Outras	(354)	(222)
	(64.491)	(53.926)
Lucro Operacional Bruto	16.199	13.532
Despesas Operacionais		
Despesas com Vendas	(2.482)	(2.222)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.450)	(7.222)
Outras Despesas Operacionais	(1.001)	(678)
	(10.933)	(10.122)
Resultado do Serviço	5.266	3.410
Receita / Despesa Financeira		
Renda de Aplicações Financeiras	185	245
Variação Monetária e Acréscimo Moratório - Energia	1.265	990
Outras Receitas Financeiras	149	212
Juros sobre o Capital Próprio	(1.250)	(1.250)
Outras Despesas Financeiras	(611)	(528)
	(262)	(331)
Lucro antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	5.004	3.079
Contribuição Social	(270)	(251)
Imposto de Renda	(714)	(648)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	4.020	2.180
Participações nos Lucros	(567)	(487)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	1.250	1.250
Lucro Líquido do Exercício	4.703	2.943
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	9,41	5,89

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	2014	2013
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	4.703	2.943
Despesas / Receitas que não Afetam o Caixa		
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7)	129
Depreciação e Amortização de Investimentos	2.976	2760
Baixas do Imobilizado em Serviço	1.564	435
Provisões no Passivo Circulante	106	(80)
Provisões no Passivo Não Circulante	-	-
	9.342	6.187
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(3.545)	1.026
Serviços em Curso	(322)	356
Outros Créditos	(2.136)	(84)
Estoques	108	45
Pagamentos Antecipados	(7)	(64)
Conta Compensação Variação Parcela "A"	(1.878)	-
Devedores Diversos	83	296
	(7.697)	1.575
Varição no Passivo Circulante		
Fornecedores	2.460	484
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	184	(71)
Tributos e Contribuições Sociais	741	(612)
Variação de Dividendos Declarados	985	5
Credores Diversos - Consumidores	205	6
Programa Eficientização Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	862	83
Encargos do Consumidor a recolher	58	(348)
Outras Contas a pagar	432	22
	5.927	(431)
Aplicações no Ativo Não Circulante		
Depósitos Judiciais	(189)	-
Ativo financeiro Resol.243/06	(4.204)	-
Tributos e Contribuições Sociais	32	91
	(4.361)	91
Aplicações no Passivo Não Circulante		
Passivo financeiro Resol.243/06	4.204	-
	4.204	-
Total das Atividades Operacionais	7.415	7.422
Aplicações no Imobilizado - Obras de Distribuição	(5.385)	(5.014)
Contribuições do Consumidor	(1.136)	469
Depreciação/Amortização - Participação Financeira do Consumidor	(278)	(259)
Participações Societárias	2	-
	(6.797)	(4.804)
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Amortização de Empréstimos	(298)	(212)
Juros sobre Financiamentos	-	(86)
Juros sobre o Capital Próprio	(1.250)	(1.250)
	(1.548)	(1.548)
Total de Efeitos no Caixa		
Saldo Inicial do Caixa	3.290	2.220
Saldo Final do Caixa	2.360	3.290
Varição no Caixa	(930)	1.070

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	2014	2013
1. Geração do Valor Adicionado		
Receitas de Vendas de Energia	112.881	94.216
Outras Receitas de Serviços	4.463	2.935
Receita de Construção de redes	5.108	5.562
	122.452	102.713
Menos:		
Insumos		
Custo da Energia Comprada	(55.749)	(44.692)
Materiais	(1.327)	(975)
Serviços de Terceiros	(2.626)	(2.287)
Custos de Construção de Redes	(5.108)	(5.562)
Outros Custos Operacionais	(1.167)	(688)
	(65.977)	(54.204)
2. Valor Adicionado Bruto	56.475	48.509
Quota de Reintegrações/Amortizações	(2.698)	(2.501)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	53.777	46.008
Receitas Financeiras Líquidas	1.599	1.424
4. Valor Adicionado a Distribuir	55.376	47.432
5. Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho	12.976	12.020
Governo: Impostos e Contribuições	36.519	31.475
Encargos Financeiros e Variações Monetárias	611	506
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	1.250	1.250
Lucros Retidos	3.453	1.694
Participação nos Lucros	567	487
Total	55.376	47.432

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	34.000	1.796	3.997	-	39.793
Aumento do Capital Social Conforme 110ª AGE e 46ª AGO de 30/04/2013					
- Com Reservas	2.000	-	(2.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	2.944	2.944
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	147	-	(147)	-
- Reserva de Ret. do Lucro	-	-	1.547	(1.547)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.250)	(1.250)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	36.000	1.943	3.544	-	41.487
Aumento do Capital Social Conforme 112ª AGE e 47ª AGO de 16/04/2014					
- Com Reservas	1.000	-	(1.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	4.703	4.703
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	235	-	(235)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	3.218	(3.218)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.250)	(1.250)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	37.000	2.178	5.762	-	44.940

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica, através da portaria nº 530 de 1º de Dezembro de 1998 do Ministério de Minas e Energia - MME, com vencimento em 07/07/2015.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica foram assinados a partir de 1995, em cada um desses contratos foram estabelecidas as tarifas iniciais e os mecanismos de sua alteração:

Reajuste Tarifário Anual;
Revisão Tarifária Extraordinária;
Revisão Tarifária Periódica.

No caso particular do contrato de concessão da COCEL de nº 27/99 que foi assinado em 30 de Março de 1999, a COCEL passou pela terceira revisão tarifária periódica em 24 de Junho de 2012, que constituiu em estabelecer o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica e a determinação do Fator X.

O Fator X considera os ganhos de produtividade da concessionária, previstos para o próximo período tarifário, decorrentes do crescimento do mercado atendido; a avaliação do grau de satisfação na percepção do consumidor; bem como a manutenção da condição de equilíbrio econômico-financeiro definida na revisão tarifária periódica;

O Fator X é estabelecido em função dos seguintes componentes:

- Xe que reflete os ganhos de produtividade esperados, derivados da mudança na escala do negócio por incremento do consumo de energia elétrica na área servida, tanto pelo aumento do consumo dos consumidores existentes bem como pela incorporação de novos consumidores, no período entre revisões tarifárias, calculado em cada revisão tarifária periódica;
- Xc que reflete a avaliação dos consumidores sobre a sua concessionária, sendo obtido mediante a utilização do resultado da pesquisa Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, calculado em cada reajuste tarifário anual;
- Xa que reflete a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para o componente mão-de-obra da Parcela B da concessionária, calculado em cada reajuste tarifário anual.

No contrato de concessão a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas. A Parcela A envolve os chamados “custos não gerenciáveis” pela concessionária, relacionados à distribuição de energia elétrica e explicitamente indicada no contrato. São custos cujo montante e variações independem da vontade ou influência da concessionária, como a energia elétrica adquirida para atendimento aos clientes, os custos de transmissão e os encargos setoriais. A Parcela B compreende o valor remanescente da receita envolvendo, portanto, os ditos “custos gerenciáveis”. São custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos clientes, que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas

pela concessionária, ou seja, os custos de operação (pessoal, material e serviços de terceiros e outros). Além destes, a Parcela B inclui a remuneração do capital e os tributos. Os contratos de concessão contemplam procedimento específico para reajuste dessas parcelas durante cada ano do período tarifário.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis

ATIVO CIRCULANTE

4.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2014	2013
Caixa	2	2
Contas Bancárias a Vista	1.705	354
Numerários em Trânsito	368	381
Total	2.075	737

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

4.2. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 286 mil (R\$ 2.553 em 2013), estão concentradas na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e são remuneradas com base na variação do fundo DI, atualizadas até a data do Balanço.

4.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2014	2013
Fornecimento Faturado	10.080	7.011
Fornecimento não Faturado	3.252	2.677
Outros	454	554
Total	13.786	10.242

O fornecimento faturado de energia apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldo vincendo	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
Consumidores	2014				2013
Residencial	1.534	1.258	370	3.161	2.481
Industrial	2.792	795	154	3.741	2.623
Comercial	1.213	386	190	1.788	1.109
Rural	49	23	-	73	61
Poder Público	163	230	190	583	279
Iluminação Pública	300	-	-	300	233
Serviço Público	196	6	-	202	132
Governo do Paraná – Luz Fraternal	21	82	128	232	93
Total	6.268	2.780	1.032	10.080	7.011

4.4. Devedores Diversos

	2014	2013
Tributos e Contribuições Sociais	308	473
Empregados	162	144
Devedores diversos - Baixa Renda	151	122
Outros devedores	2	-
Total	623	739

4.5. Serviços em Curso

São registrados os valores aplicados nos Programas em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficientização Energética direcionados ao consumidor de Baixa Renda. Valor aplicado até dezembro de 2014 foi de R\$ 392 mil.

4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

O valor da PCLD reconhecida é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencido a mais de 90 dias, classe comercial vencido a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Consumidores e Revendedores	2014	2013
Residencial	478	451
Industrial	159	127
Comercial	214	204
Rural	-	-
Poder Público	-	62
Parcelamentos	57	71
Total	908	915

4.7. Estoques

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 966 mil, (R\$ 1.075 em 31 de dezembro de 2013), e não excedem ao valor de mercado.

4.8. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 83 mil.

Outras Despesas pagas antecipadamente referem-se ao saldo das Contas de Compensação da Parcela "A" – CVA que são os Ativos Regulatórios revertidos em componentes financeiros a partir dos próximos reajustes tarifários.

A CVA é recorrente da diferença das parcelas de compra de energia, encargos setoriais como o Proinfa, a CDE – conta de desenvolvimento energético e da Neutralidade da Parcela "A", reconhecidas no reajuste tarifário e efetivamente pagos mensalmente.

	2014	2013
Cva Energia	1.653	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	163	-
Proinfa -	26	-
Neutralidade Parc. "A"	36	-
Total	1.878	-

4.9. Outros Créditos

	2014	2013
RGR a Compensar	-	8
Arrendamento e alugueis de postes	45	34
Serviços Prestados a Terceiros	42	241
Desativações de bens em curso	3	(30)
Títulos de Créditos a receber – Parcelamentos energia	441	152
Subvenção CDE	1.498	-
Subvenção s/Descontos na Tarifa do Serviço Público	546	-
Total	2.575	405

ATIVO NÃO CIRCULANTE

4.10. Títulos e Valores Mobiliários

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

4.11. DEPOSITOS JUDICIAIS

Depósitos vinculados a litígios recursais e cauções trabalhistas:

	2014	2013
Depósitos vinculados a litígios	228	40
Total	228	40

4.12. ATIVOS FINANCEIROS – Indenizáveis (concessão)

Refere-se a parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização.

Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

4.13 Ativo Financeiro – Res.243/06

A Resolução nº 243 de 19 de dezembro de 2006, alterou a metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD e das Tarifas de Energia Elétrica – TE aplicáveis às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional o que resultou em diferenças a serem repassadas as supridoras de energia pelas concessionárias. O saldo contábil registrado nas contas 123.01.4.2 do ativo e na conta 221.71.4.2 do passivo demonstram o valor a ser repassado nos exercícios posteriores à Copel.

4.14. Outros

Créditos de ICMS referente a aquisições do Ativo Imobilizado a ser compensado mensalmente a razão de 1/48 avos

	2014	2013
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	275	307
Total	275	307

4.15. Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	2014	2013
Participações Societárias Permanentes	56	56
(-) Provisão para Desvalorização	(50)	(49)
Outros Investimentos	281	281
Total	287	288

4.16. Intangível

	2014			2013
	Intangível	Ativo financeiro	Intangível Líquido	Intangível Líquido
Intangível	274	(194)	80	271
Terrenos	279	(279)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	62	(57)	5	14
Máquinas e Equipamentos	43.373	(41.997)	1.376	4.024
Veículos	16	(15)	1	310
Móveis e Utensílios	100	(93)	7	19
	44.104	(42.635)	1.469	4.638
Imobilizado em Curso	4.232	-	4.232	4.306
	48.336	(42.635)	5.701	8.944

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC. Em função do disposto nas instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

4.17. Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro - UC e passaram a ser aplicados a partir de Janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

4.18. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

4.19. Fornecedores

	2014	2013
Energia Comprada p/ Revenda	7.496	5.327
Materiais, Serviços e Outros	457	166
Total	7.953	5.493

4.20. Folha de Pagamento

	2014	2013
Saldo de Salários a Pagar	1	-
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	149	149
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	35	37
Total	185	186

4.21. Tributos e Contribuições Sociais

	2014	2013
IRPJ do exercício	217	-
ICMS a recolher	2.478	2.021
INSS s/Folha Pagamento empregado	191	172
FGTS s/Folha de Pagamento empregado	71	65
COFINS a recolher	258	279
PASEP a recolher	56	61
Contribuição Social s/Lucro Líquido	82	-
Outros	12	27
Total	3.365	2.625

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade estão sujeitas as alíquotas de 7,6% e 1,65%

4.22. Empréstimos e Financiamentos

Eletrobrás	2014		2013	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
ECF 063/2004	38	35	38	73
ECF 116/2005	98	195	98	293
ECF 182/2007	60	221	60	282
ECF 212/2008	102	511	102	612
Total	298	962	298	1.260

Taxa de Juros de 5% ao ano, "Pro Rate Temporis" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.

Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.

4.23. Credores Diversos

	2014	2013
Contas pagas em Duplicidade	30	22
Outros credores	218	21
Total	248	43

4.24. Obrigações Estimadas

	2014	2013
Provisão de Férias/Gratificação	777	705
Provisão INSS/FGTS	313	272
Total	1.090	977

4.25. Encargos do Consumidor

	2014	2013
Quota p/ Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-
Taxa de Fiscalização	9	10
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	127	68
Total	136	78

4.26. Encargos Tarifários

	2014	2013
Encargos de Capacidade Emergencial	8	8
Total	8	8

4.27. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética

	2014	2013
F.N.D.C.T	30	19
M.M.E.	15	10
Pesquisa e Desenvolvimento	1.385	1.120
Programa de Eficiência Energética	2.431	1.850
Total	3.861	2.999

4.28. Provisão Para Contingências

Descrição	2014		2013	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	186	-	80	-
Cíveis	14	-	14	-
Total	200	-	94	-

Em atendimento à Deliberação da CVM nº 489/2005, destacamos que valor das causas Cíveis e Trabalhistas está classificado como de perdas possíveis ou de muito prováveis.

4.29. Outros Passivos Circulantes

	2014	2013
Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública	655	250
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	72	72
Taxa do Lixo - PMCL	124	99
Outros	5	3
Total	856	424

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

4.30. Empréstimos e Financiamentos

O Passivo Não circulante contém valores de Empréstimos e financiamentos constituídos com a Eletrobrás utilizados e aplicados no programa do governo federal "Luz para Todos", já mencionado seus saldos no item 4.22.

4.31. Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Obrigações Especiais	2014	2013
Contribuições do consumidor	4.520	5.775
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	2.447	2.329
(-) Depreciação	(1.560)	(1.283)
Total	5.407	6.821

Refere-se a Contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e estão vinculados ao ativo imobilizado e à concessão.

A partir de 2008, a Companhia passou a registrar as quotas de reintegração de acordo com o Despacho Aneel nº 3073/2006.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.32. Capital Social

	2014	2013
Prefeitura Municipal de Campo Largo	36.857	35.861
Demais Acionistas	143	139
Total	37.000	36.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2014	2013
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

4.33. Reserva de Lucros

	2014	2013
Reserva de Lucros	7.941	5.487

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

4.34. Cálculo dos Dividendos

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 1.250 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

	2014	2013
Lucro Líquido do Exercício	4.703	2.943
(-) Reserva Legal	(235)	(147)
(-) Constituição da Reserva	(3.218)	(1.546)
(-) Juros s/Capital Próprio	(1.250)	(1.250)
Lucro ajustado	-	-

4.35. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor Segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	12/12/2013 / 11/12/2014	1.185
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	12/12/2013 / 11/12/2014	1.120
ASCEL	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	12/12/2013 / 11/12/2014	245
Subestação	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	23/12/2014 / 22/12/2015	6.687
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	03/07/2014 / 02/07/2015	Vlr.Mercado

4.36. Instrumentos Financeiros

Até 31 de Dezembro de 2014, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira.

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus Valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

Consumidores, Concessionários e Permissionários

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos Contábeis pela sua natureza de curto prazo.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente;

Concentração de risco de créditos

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

RESULTADO OPERACIONAL

4.37. Fornecimento de Energia Elétrica

Classes	Nº consumidores		Consumo em MWh		Valor – R\$ (mil)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Fornecimento faturado						
Residencial	41.958	40.274	81.757	77.709	36.477	31.065
Industrial	550	549	142.240	144.358	47.669	41.407
Comercial	3.007	2.901	50.547	44.794	19.544	14.965
Rural	1.666	1.618	7.223	6.745	1.380	1.114
Poder Público	212	206	4.506	4.475	1.963	1.666
Iluminação Pública	1	1	13.143	13.075	3.250	2.736
Serviço Público	75	45	6.292	5.660	1.987	1.512
Consumo Próprio	2	2	115	116	-	-
Total Energia faturada	47.741	45.596	305.823	296.932	112.270	94.465
Não faturado	-	-	-	-	575	(249)
Receita de Construção	-	-	-	-	5.108	5.562
Outras Receitas	-	-	-	-	4.463	2.935
Neutralidade Parcela "A"	-	-	-	-	36	-
TOTAL	47.741	45.596	305.823	296.932	122.452	102.713

A receita de fornecimento de energia elétrica, são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

A receita não faturada corresponde a energia entregue e não faturada ao consumidor, calculada com base estimada e referente ao período após a medição mensal até o último dia do mês.

4.38. Outras Receitas

	2014	2013
Renda Prestação de Serviços	142	115
Serviço Taxado	674	710
Arrendamento e Aluguéis	860	772
Subvenção Baixa Renda	552	447
Subvenção s/descontos nas tarifas do Serviço Público	1.158	750
Receitas não operacional	37	74
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	917	-
Outros	123	67
Total	4.463	2.935

4.39. Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

4.40. Quota Para Reserva Global de Reversão

	2014	2013
Quotas Recolhidas no Exercício	8	61
Total	8	61

4.41. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2014	2013
Programa de Eficiência Energética	375	300
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	150	123
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT	150	123
Ministério de Minas e Energia - MME	76	62
Total	751	608

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE, são programas de investimentos em os quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/2008 e 316/2008.

4.42. Energia Elétrica Comprada Para Revenda

	Em MWh		em R\$ (mil)	
	2014	2013	2014	2013
Copel – Compra de Energia	323.052	304.326	55.718	41.024
Encargos do Uso da Rede Elétrica			4.438	3.749
PROINFA			1.936	1.903
Valor da Subvenção CDE –Eletrobrás			(5.618)	(2.996)
Bolha financeira – Resol.243/06			903	1.012
Conta Compensação Parc."A"-CVA			(1.628)	
Crédito COFINS / PASEP			(5.827)	(4.412)
Total	323.052	304.326	49.922	40.280

4.43. Custos Gerenciáveis

A composição dos custos e despesas operacionais em 2014 e 2013 são as seguintes:

2014	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado
Pessoal/Administradores	5.475	1.838	4.594	11.907
Material	632	78	566	1.276
Serviços de Terceiros	1.054	559	1.977	3.590
Depreciação e amortização	1.946	7	313	2.266
Taxa de Fiscalização	89	14	7	110
Arrendamento e Aluguéis	-	-	110	110
Seguros	48	-	58	106
Tributos	3	-	94	97
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	196	196
Provisões	-	(6)	105	99
(-) Recuperação de despesas	(1)	-	(53)	(54)
Outras despesas	2	2	150	154
Custo dos Serviços prestados a terceiros	176	-	-	176
Indenização de Equipamentos	-	141	-	141
Custo com construção	5.108	-	-	5.108
Despesas Não Operacionais	37	146	37	220
Total	14.569	2.779	8.154	25.502

2013	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado
Pessoal/Administradores	4.860	1.693	4.418	10.971
Material	361	28	564	953
Serviços de Terceiros	841	494	1.930	3.265
Depreciação e amortização	1.800	7	310	2.117
Taxa de Fiscalização	108	16	9	133
Arrendamento e Aluguéis	-	5	101	106
Seguros	52	-	36	88
Tributos	-	-	79	79
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	69	69
Provisões	-	129	(80)	49
(-) Recuperação de despesas	(2)	-	(371)	(373)
Outras despesas	2	-	109	111
Custo dos Serviços prestados a terceiros	62	-	-	62
Indenização de Equipamentos	-	128	-	128
Custo com construção	5.562	-	-	5.562
Despesas Não Operacionais	-	-	448	448
Total	13.646	2.500	7.622	23.768

5. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2014, no valor de R\$ 567 mil, abaixo do montante máximo a ser pago, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

6. Universalização do serviço Público de Energia Elétrica.

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2.003, foi instituído o Programa de Universalização - Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores.

Foram celebrados 4 (quatro) contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa “Luz para Todos”. A Cotel já encerrou o programa em 2014.

Os valores finais seguem discriminados no quadro abaixo:

	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
Contrapartida	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
COCEL	216	528	162	543	1.449
CDE	432	1.056	-	1.303	2.791
RGR	432	1.056	663	1.303	3.454
TOTAL	1.080	2.640	825	3.149	7.694

Sendo:

RGR – Reserva Global de Reversão – Recursos decorrentes de subvenção econômica. Financiado.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – Subsidiado.

COCEL – Agente Executor – Recursos próprios.

7. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade.

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o município de Campo Largo, e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

Emídio Pianaro Junior
Diretor Presidente

Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico

Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Administrativo

Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico

Marcus Preis
Diretor Econômico/Financeiro

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2014.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2014, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 31 de março de 2015.

PRISCILA DO ROCIO MIQUELETO OSSOWSKY

MARCIA REGINA SABIM

ADILSON CHAVES

SIVONEI TEREZINHA POLTRONIERI
BASSANI

SEBASTIÃO TORRES

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 31 de março de 2015.

ALZIRO MAGATÃO

ANDREA ALVES DOS SANTOS

JOÃO MARIA DA SILVA

RODRIGO TABALDI

VICENTE FELTRIN

WILSON PAULART

ANTONIO ADRIANO TOALDO

JANE MARA SALIN

LAURINDO BARRICHELLO

JANETH ALVES DA SILVA

MARIA MARGARETH SAVIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
Campo Largo - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Campolarguense de Energia - COCEL** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis:

A Companhia mantém registrado no grupo de contas Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, no Passivo Não Circulante, o valor de R\$ 5.407 mil. Devido à ausência de conciliação dos valores mantidos em referido grupo, bem como de controles analíticos para suportar os saldos contábeis, não foi possível aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir quanto a adequação dos saldos apresentados.

Opinião com ressalvas sobre as Demonstrações Contábeis:

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Campolarguense de Energia - COCEL** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

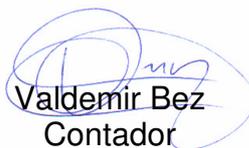
Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, cujos valores estão sendo apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas. Nosso relatório, datado de 28 de março de 2014, foi emitido contendo modificação de opinião quanto ao mesmo assunto descrito no parágrafo Base opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis, deste relatório.

Maringá - PR, 27 de março de 2015.

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2


Valdemir Bez
Contador

CRC PR 037.262/O-2



RELATÓRIO ANUAL
DAS
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS

2014

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Balanco Patrimonial Regulatório e Societário

Levantados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	2014			2013		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajuste CPCs	Regulatório
ATIVO						
<u>Circulante</u>	21.756	(2.012)	23.768	14.982	(992)	15.974
Consumidores, concessionárias e permissionárias	13.940	-	13.940	10.364	-	10.364
Despesas pagas antecipadamente	1.961	(2.012)	3.973	76	(992)	1.068
Outros Ativos Circulantes não afetados	5.855	-	5.855	4.542	-	4.542
<u>Não Circulante</u>	47.538	42.635	4.903	39.089	33.528	5.561
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-	-
Créditos fiscais diferidos	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	-	-
Ativo Regulatório – Resol.243/2006	4.204	-	4.204	-	(5.019)	5.019
Ativo Financeiro	42.635	42.635	-	38.547	38.547	-
Outros Ativos não Circulantes não afetados	699	-	699	542	-	542
<u>Investimentos</u>	287	-	287	288	-	288
<u>Imobilizado</u>	-	(37.872)	37.872	-	(37.660)	37.660
Em serviço	-	(34.896)	34.896	-	(33.354)	33.354
Em curso	-	(2.976)	2.976	-	(4.306)	4.306
<u>Intangível</u>	5.700	5.351	349	8.944	8.377	567
Em serviço	1.468	1.119	349	4.638	4.072	567
Em curso	4.232	4.232	-	4.306	4.306	-
TOTAL DO ATIVO	75.281	8.102	67.179	63.303	(3.253)	60.050

	2014			2013		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajuste CPCs	Regulatório
PASSIVO						
<u>Circulante</u>	19.767	(58)	19.825	13.735	(224)	13.959
Passivos Regulatórios	-	(58)	58	-	(224)	224
Outros Passivos Circulantes não afetados	19.767	-	19.767	13.735	-	13.735
<u>Não Circulante</u>	10.573	3.922	6.651	8.081	1.802	6.279
Passivo Regulatório – Resol.243/2006	4.204	-	4.204	-	(5.019)	5.019
Obrigações Especiais	5.407	3.922	1.485	6.821	6.821	-
Outros Passivos Não Circulantes não afetados	962	-	962	1.260	-	1.260
Patrimônio Líquido	44.941	4.238	40.703	41.487	1.675	39.812
Capital Social	37.000	-	37.000	36.000	-	36.000
Reserva de Capital	7.941	(469)	8.410	5.487	76	5.411
Reserva de Lucro	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-
Reserva de avaliação patrimonial – VNR	-	4.707	(4.707)	-	1.599	(1.599)
TOTAL DO PASSIVO	75.281	8.102	67.179	63.303	(3.253)	60.050

Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	2014			2013		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajuste CPCs	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	122.415	5.583	116.832	102.639	6.085	96.554
Fornecimento de energia elétrica	112.881	512	112.369	94.216	597	93.620
Receita de construção	5.108	5.108	-	5.562	5.562	-
Outras receitas vinculadas	4.426	(37)	4.463	2.861	(74)	2.935
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(41.762)	(40)	(41.722)	(35.255)	176	(35.432)
Tributos e Encargos	(39.751)	-	(39.751)	(33.600)	-	(33.600)
Federais	(10.847)	-	(10.847)	(8.976)	-	(8.976)
Estaduais	(28.904)	-	(28.904)	(24.624)	-	(24.624)
Encargos - Parcela "A"	(2.011)	(40)	(1.971)	(1.655)	176	(1.832)
Reserva legal de reversão	(8)	-	(8)	(61)	-	(61)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(375)	-	(375)	(308)	-	(307)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE	(1.252)	(73)	(1.179)	(814)	173	(987)
Conta de consumo de combustíveis— CCC	-	33	(33)	(172)	3	(175)
Programa de eficiência energética - PEE	(376)	-	(376)	(300)	-	(300)
Outros encargos	-	-	-	-	-	-
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	80.653	5.543	75.110	67.384	6.261	61.123
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – Parcela "A"	(50.032)	(943)	(49.089)	(40.413)	(759)	(39.654)
Energia Elétrica comprada para revenda	(44.163)	(978)	(43.185)	(35.151)	(819)	(34.332)
Energia Elétrica comprada para revenda - Proinfra	(1.732)	35	(1.767)	(1.726)	60	(1.786)
Encargos de uso do sistema	(4.027)	-	(4.027)	(3.403)	-	(3.403)
Taxa de Fiscalização - TFSEE	(110)	-	(110)	(133)	-	(133)
(=) RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS	30.621	4.600	26.021	26.971	5.502	21.469
CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela "B"	(25.171)	(4.887)	(20.284)	(23.187)	(5.114)	(18.073)
Pessoal	(10.316)	-	(10.316)	(9.363)	-	(9.363)
Administradores	(1.590)	-	(1.590)	(1.608)	-	(1.608)
Serviço de Terceiros	(3.590)	-	(3.590)	(3.265)	-	(3.265)
Material	(1.276)	-	(1.276)	(953)	-	(953)
Arrendamento e alugueis	(110)	-	(110)	(106)	-	(106)
Tributos	(97)	-	(97)	(78)	-	(78)
Seguros	(106)	-	(106)	(88)	-	(88)
Provisões (reversão) para devedores duvidosos	6	-	6	(129)	-	(129)
Provisões - outras	(105)	-	(105)	80	-	80
Doações, contribuições e subvenções	(196)	-	(196)	(69)	-	(69)
(-) Recuperação de despesas	54	-	54	330	-	330
Depreciação	-	2.266	(2.266)	-	2.117	(2.117)
Amortização	(2.266)	(2.266)	-	(2.117)	(2.117)	-
Outros	(471)	221	(692)	(259)	448	(707)
Custo de construção	(5.108)	(5.108)	-	(5.562)	(5.562)	-
(=) RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO	5.450	(287)	5.737	3.784	388	3.396
Receita financeira	1.599	(116)	1.715	1.447	(26)	1.473
Despesa financeira	(1.861)	40	(1.901)	(1.778)	10	(1.788)
Resultado não operacional	(184)	(184)	-	(374)	(374)	-
(=) LUCRO ANTES DO IRPJ/CSLL	5.004	(547)	5.551	3.079	(2)	3.081
Imposto de renda	(714)	-	(714)	(648)	-	(648)
Contribuição social	(270)	-	(270)	(251)	-	(251)
Participações e contribuições à entidade de prev.privada	(567)	-	(567)	(487)	-	(487)
Reversão dos juros sobre capital próprio	1.250	-	1.250	1.250	-	1.250
(=) LUCRO DO EXERCÍCIO	4.703	(547)	5.250	2.943	(2)	2.945

Demonstrativo do Fluxo de Caixa Regulatório dos Exercícios encerrados
em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	2014	2013
<u>Atividades Operacionais</u>		
Lucro Líquido do Exercício	5.250	2.946
<u>Despesas / Receitas que não Afetam o Caixa</u>		
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7)	129
Depreciação e Amortização de Investimentos	2.976	2760
Baixas do Imobilizado em Serviço	1.564	435
Provisões no Passivo Circulante	106	(80)
Provisões no Passivo Não Circulante	-	-
	9.889	6.190
<u>Variações no Ativo Circulante</u>		
Consumidores e Revendedores	(3.545)	1.026
Serviços em Curso	(322)	356
Outros Créditos	(93)	(84)
Estoques	108	45
Pagamentos Antecipados	(7)	(64)
Conta Compensação Variação Parcela "A"	(2.898)	(544)
Subsídios Tarifárias e Redução Tarifa Equilibrada	(2.043)	-
Devedores Diversos	83	296
	(8.718)	1.031
<u>Variação no Passivo Circulante</u>		
Fornecedores	2.460	484
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	184	(71)
Tributos e Contribuições Sociais	741	(612)
Variação de Dividendos Declarados	985	5
Credores Diversos - Consumidores	205	6
Conta de Compensação Variação Parcela "A"	(167)	(302)
Programa Eficientização Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	862	83
Encargos do Consumidor a recolher	58	(348)
Outras Contas a pagar	431	21
	5.759	(734)
<u>Aplicações no Ativo Não Circulante</u>		
Depósitos Judiciais	(188)	-
Ativo financeiro Resol.243/06	(4.204)	138
Tributos e Contribuições Sociais	32	91
	(4.360)	229
<u>Aplicações no Passivo Não Circulante</u>		
Passivo financeiro Resol.243/06	4.204	(138)
	4.204	(138)
<u>Total das Atividades Operacionais</u>		
	6.774	6.578
Aplicações no Imobilizado - Obras de Distribuição	(5.385)	(5.014)
Contribuições do Consumidor	(1.136)	469
Depreciação/Amortização - Participação Financeira do Consumidor	(278)	(259)
Ultrapassagem da demanda e reativos	641	844
Participações Societárias	2	-
	(6.156)	(3.960)
<u>Atividades de Financiamentos</u>		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Amortização de Empréstimos	(298)	(212)
Juros sobre Financiamentos	-	(86)
Juros sobre o Capital Próprio	(1.250)	(1.250)
	(1.548)	(1.548)
<u>Total de Efeitos no Caixa</u>		
Saldo Inicial do Caixa	3.290	2.220
Saldo Final do Caixa	2.360	3.290
Variação no Caixa	(930)	1.070

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	VNR	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	34.000	1.796	3.776	-	-	39.572
Aumento do Capital Social Conforme 110ª AGE e 46ª AGO de 30/04/2013						
- Com Reservas	2.000	-	(2.000)	-		-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-		-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	3.089		3.089
Destinação do Lucro proposta a AGO						
- Reserva Legal	-	136	-	(136)		-
- Reserva de Ret. do Lucro	-	-	1.703	(1.703)		-
Ajuste Vlr.novo Reposição-VNR JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(1.599)	(1.599)
	-	-	-	(1.250)		(1.250)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	36.000	1.932	3.479	-	(1.599)	39.812
Aumento do Capital Social Conforme 112ª AGE e 47ª AGO de 16/04/2014						
- Com Reservas	1.000	-	(1.000)	-		-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-		-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	5.250		5.250
Destinação do Lucro proposta a AGO						
- Reserva Legal	-	235	-	(235)		-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	3.765	(3.765)		-
Ajuste Vlr.novo Reposição-VNR JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(3.108)	(3.108)
	-	-	-	(1.250)		(1.250)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	37.000	2.167	6.244	-	(4.707)	40.704

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares de reais – R\$

1. A EMPRESA

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 122.443 habitantes, segundo dados do IBGE 2014.

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO DO BALANÇO

As demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com o disposto na Resolução Normativa nº 396/2010, Despachos de Encerramentos nº 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013 e no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, todos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2014			2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Subsidio Baixa Renda	151	-	151	122	-	122
Fornecimento Faturado:	10.080	-	10.080	7.011	-	7.011
Residencial	3.161	-	3.161	2.481	-	2.481
Industrial	3.741	-	3.741	2.622	-	2.622
Comercial	1.788	-	1.788	1.108	-	1.108
Rural	73	-	73	62	-	62
Poder Público	583	-	583	280	-	280
Iluminação Pública	300	-	300	233	-	233
Serviço Público	202	-	202	132	-	132
Governo do Estado do Pg. - Luz Fraterna	232	-	232	93	-	93
Fornecimento Não Faturado	3.252	-	3.252	2.677	-	2.677
Outros créditos	457	-	457	554	-	554
	13.940	-	13.940	10.364	-	10.364

4. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2014			2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios de Seguros	83	-	83	76	-	76
Parcela "A" – CVA						
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	-	36	-	36
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	217	-	217	2	-	2
Proinfra	69	-	69	75	-	75
Custo de Aquisição de Energia (CVAEnerg)	1.653	-	1.653	866	-	866
Neutralidade dos encargos Setoriais	36	-	36	13	-	13
Diferimento de Reposição Tarifária	1.915	-	1.915	13	-	13
	3.973	-	3.973	1.068	-	1.068

5. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

	2014			2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativo Financeiro - Resolução Homol.243/2006	-	4.204	4.204	-	5.019	5.019
Outros Ativos Não Circulantes não afetados	-	699	699	-	542	542
	-	4.903	4.903	-	5.561	5.561

- **Resolução Homologatória 243/2006**

O valor reconhecido pela Concessionária decorre do disposto na referida Resolução, a qual modificou a metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD e das Tarifas de Energia Elétrica.

Por conta das mudanças requeridas, a ANEEL apurou os efeitos decorrentes, sendo atribuído a Concessionária um montante a ser reembolsado para a Companhia Paranaense de Energia - Copel, conforme Resolução Homologatória nº 438 de 27 de março de 2007, o qual deveria ser pago em 05 parcelas anuais iniciando-se a primeira a partir do exercício de 2008.

Como a contrapartida do valor a ser reembolsado a Companhia Paranaense de Energia - Copel é o repasse na tarifa de fornecimento de energia, a Concessionária constituiu um ativo regulatório em contrapartida a um passivo regulatório de igual valor.

Em função de diversos questionamentos promovidos pelas Concessionárias envolvidas no processo, Conselho de Consumidores e Ministério Público, a ANEEL, em 2009 suspendeu a inclusão dos valores envolvidos no processo de Reajuste tarifário.

A partir de 24 de Junho de 2013, conforme Resolução Homologatória nº 1741 de 24/06/2014, foi incluído na tarifa da Concessionária o montante de R\$ 930.993,49 o qual será amortizado em 12 parcelas mensais de forma a gerar a contrapartida aos pagamentos a serem efetuados a COPEL.

A Concessionária vem atualizando os correspondentes valores (ativo e passivo regulatório) pela variação do IGP-M.

6. IMOBILIZADO

	2014	2013
Em serviço		
Terrenos	279	279
Edificações, obras civis e benfeitorias	406	406
Máquinas e Equipamentos	70.567	65.902
Veículos	125	2.770
Móveis e utensílios	449	422
Avaliação VNR	17.416	28.817
(-) Obrigações especiais	(5.712)	(6.685)
	83.530	91.911
(-) Reintegração acumulada		
Edificações, obras civis e benfeitorias	(344)	(336)
Máquinas e Equipamentos	(27.194)	(24.193)
Veículos	(109)	(2.152)
Móveis e utensílios	(349)	(334)
Avaliação VNR	(22.198)	(30.563)
(-) Obrigações especiais	1.560	1.283
	(48.634)	(56.295)
Em curso		
Máquinas e Equipamentos	989	1.415
Móveis e Utensílios	11	
Material em depósito	3.232	2.892
(-) Obrigações especiais	(1.256)	(2.263)
	2.976	2.044
TOTAL DO IMOBILIZADO	37.872	37.660

7. INTANGÍVEL

	2014	2013
Em serviço	1.372	419
(-) Reintegração Acumulada	(1.098)	148
Avaliação VNR	75	
TOTAL DO INTANGÍVEL	349	567

8. PASSIVOS REGULATÓRIOS

	2014			2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A" – CVA						
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	-	2	-	2
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	-	29	-	29
Neutralidade dos encargos Setoriais	58	-	58	193	-	193
Passivo Regulatório – Resol.243/06	-	4.204	4.204	-	5.019	5.019
	58	4.204	4.262	224	5.019	5.243

9. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	2014	2013
Residencial	36.477	31.065
Industrial	47.669	41.406
Comercial	19.544	14.965
Rural	1.380	1.114
Poder Público	1.963	1.666
Iluminação Pública	3.250	2.736
Serviço Público	1.987	1.513
(-) Receita de Ultrapassagem Demanda e Reativos	(640)	(844)
CVA - Neutralidade	164	247
Energia Não faturada	575	(248)
TOTAL	112.369	93.620

10. OUTRAS RECEITAS VINCULADAS

	2014	2013
Arrendamento e Aluguéis	860	772
Renda da Prestação de serviços	1.059	115
Serviço taxado	674	710
Doações e subvenções – Baixa Renda	552	447
Subvenção s/desconto tarifas Serv.Público	1.158	750
Outras Receitas	160	141
TOTAL	4.463	2.935

11. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Impostos e Contribuições Sociais

	2014	2013
Cofins	8.913	7.375
Pis/Pasep	1.934	1.601
Icms s/Vendas		
- Residencial	10.374	8.835
- Industrial	11.708	10.339
- Comercial	4.760	3.755
- Poder Público	553	470
- Iluminação Pública	942	794
- Serviço Público	567	431
TOTAL	39.751	33.600

Encargos Setoriais – Parcela “A”

	31/12/2014			31/12/2013		
	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
Conta de Desenvol. Energético - CDE						
- Apropriação da quota	1.409	-	1.409	814	-	814
- Constituição	(157)	(119)	(276)	-	128	128
- Amortização	-	46	46	-	45	45
	1.252	(73)	1.179	814	173	987
Conta de Consumo Combustível – CCC						
- Apropriação da quota	-	-	-	172	-	172
- Constituição	-	-	-	-	(45)	(45)
- Amortização	-	33	33	-	48	48
	-	33	33	172	3	175
Quota p/Reserva Global de Reversão - RGR	8	-	8	61	-	61
Programa Eficiência Energética – PEE	376	-	376	300	-	300
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	375	-	375	308	-	308
	2.011	(40)	1.971	1.655	176	1.831

12. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A”

	31/12/2014			31/12/2013		
	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	56.621	-	56.621	42.035	-	42.035
Constituição – CVA	(1.603)	(822)	(2.581)	-	(822)	(822)
Amortização - CVA	-	3	-	-	3	3
Subvenção CDE	(5.618)	-	(5.618)	(2.996)	-	(2.996)
(-) Cofins/Pasep	(5.237)	-	(5.237)	(3.888)	-	(3.888)
	44.163	(819)	43.185	35.151	(819)	34.332
Energia Elétr. Comprada p/Rev. - Proinfra	1.936	-	1.936	1.903	-	1.903
Constituição – CVA	(25)	(96)	10	-	(96)	(96)
Amortização – CVA	-	156	-	-	156	156
(-) Cofins/Pasep	(179)	-	(179)	(177)	-	(177)
	1.732	60	1.767	1.726	60	1.786
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.438	-	4.438	3.750	-	3.750
(-) Cofins/Pasep	(411)	-	(411)	(347)	-	(347)
	4.027	-	4.027	3.403	-	3.403
Taxa de Fiscalização	110	-	110	133	-	133
	50.032	(759)	49.089	40.413	(759)	39.654

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/ consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2013.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2014.

Emidio Pianaro Junior
Diretor Presidente

Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico

Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Administrativo

Adriano Huber
Diretor Jurídico

Marcus Preis
Diretor Econômico/Financeiro

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia-COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2014, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 30 de abril de 2015.

PRISCILA DO ROCIO MIQUELETO OSSOWSKY

MARCIA REGINA SABIM

SIVONEI TEREZINHA POLTRONIERI BASSANI

ADILSON CHAVES

SEBASTIÃO TORRES

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 30 de abril de 2015.

ALZIRO MAGATÃO

ANDREA ALVES DOS SANTOS

JOÃO MARIA DA SILVA

RODRIGO TABALDI

VICENTE FELTRIN

WILSON PAULART

ANTONIO ADRIANO TOALDO

JANE MARA SALIN

LAURINDO BARRICHELO

JANETH ALVES DA SILVA

MARIA MARGARETH SAVIO

**RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

**APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS
PREVIAMENTE ACORDADOS**

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS

Aos Administradores da
Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
Campo Largo - Paraná

Procedimentos Adotados:

1. Aplicamos os procedimentos determinados no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras Regulatórias, reguladas pela Resolução nº 396/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que estabeleceu a obrigatoriedade das demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos aplicados, descritos no item 2 abaixo, foram definidos por meio de Despacho aprovado pela ANEEL que aprovou o Manual (versão 01/2013) em referência.
2. O nosso trabalho foi realizado de acordo com a NBC - TSC - 4400 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados.

Os procedimentos previamente acordados aplicados e o resultado dos trabalhos foram os seguintes:

2.1 - Imobilizado

- 2.1.1 Confrontar as informações de 31/12/2014 e de 31/12/2013 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório:

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 2.1.2 Obter a planilha ou relatório com a movimentação anual do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2013 e confrontar saldos e as informações das movimentações de 2014 de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório:

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 2.1.3 Confrontar as informações das movimentações e saldos de depreciação / amortização, por grupo de bens, apresentadas na

planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

Verificamos, no entanto, que embora os valores entre referidos registros apresentem-se aderentes, quer seja por total ou por grupo de bens, o saldo da depreciação / amortização regulatória em relação ao Valor Novo de Reposição, não guarda a mesma relação percentual da depreciação do valor original em relação ao custo registrado, tendo sido identificado casos, em que a depreciação acumulada do VNR era, inclusive, superior ao próprio valor do VNR.

Destacamos que a manutenção da mesma relação percentual entre a depreciação do Valor Original Contábil e a depreciação do Valor Novo de reposição (diferença) está prevista no item 7.1.6.2 da Resolução nº 367/2009, da ANEEL.

- 2.1.4 Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 2.1.5 Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições do imobilizado em serviço selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para a distribuidora no ano de 2014 e testar as capitalizações (materiais, mão-de-obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Foram efetuadas as seleções requeridas e promovidas os correspondentes testes.

Como resultado, constatamos que a Concessionária não mantém controles adequados sobre os apontamentos dos gastos com transporte e mão-de-obra aplicados às ODI's - Ordem de Imobilização, tendo sido recomendado o aprimoramento do processo de apuração dos referidos gastos.

- 2.1.6 Selecionar 10 principais baixas (por critério de maior valor) e mais 15 baixas selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou transmissora, do ano de 2014 e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Tendo em vista que as movimentações das baixas do imobilizado são imateriais com base na materialidade planejada para o processo de

auditoria das demonstrações contábeis societárias (NBC TA 320 Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), não realizamos testes de auditoria.

- 2.1.7 Com base na seleção do item 2.1.5, acima, verificar as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro contábil em Ativo Imobilizado em Serviço.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

2.2 - Obrigações Especiais

- 2.2.1 Confrontar os saldos das demonstrações financeiras regulatórias de 31/12/2014 e de 31/12/2013 com a planilha ou relatório de movimentação de obrigações especiais.

Como resultado da aplicação desse procedimento, a seguinte exceção foi identificada:

- *A Concessionária não mantém registros auxiliares específicos para controle das obrigações especiais. Referido controle é efetuado somente, por meio do razão contábil.*

- 2.2.2 Obter a planilha ou relatório com a movimentação das obrigações especiais, tendo como ponto de partida os valores contábeis em 31/12/2013 e confrontar o saldo em 31/12/2014 com a Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado/obrigações especiais.

Como resultado da aplicação desse procedimento, a seguinte exceção foi identificada:

- *A Concessionária não dispõe em seu sistema de controle patrimonial regulatório de planilha/relatórios que reflitam as movimentações de adições, baixas e transferências dos bens vinculados às obrigações vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica. Referido controle é efetuado somente, por meio do razão contábil.*

- 2.2.3 Confrontar as informações das movimentações e saldos de amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado / obrigações especiais.

Como resultado da aplicação desse procedimento, a seguinte exceção foi identificada:

- *A Concessionária não dispõe em seu sistema de controle patrimonial regulatório de planilha/relatórios que reflitam as movimentações de adições, baixas e transferências dos bens vinculados às obrigações vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica. Referido controle é efetuado somente, por meio do razão contábil.*

- 2.2.4 Verificar autorização da ANEEL para as eventuais baixas de Obrigações Especiais ocorridas desde a data-base de 31/12/2013.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 2.2.5 Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida desde 31/12/2013 e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Tendo em vista que a movimentação contábil das obrigações especiais ocorridas no período se apresentou imaterial e com base na materialidade planejada para o processo de auditoria das demonstrações financeiras societárias (NBC TA 320 Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), não realizamos testes de auditoria das movimentações relativas as adições ocorridas.

- 2.2.6 Com base na amostra do item anterior, testar a amortização de acordo com o Manual de Contabilidade de Setor Elétrico os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.

Considerando que para o item anterior não houve a necessidade de aplicação de procedimentos específicos, não foram aplicados os procedimentos requeridos neste item. Adicionalmente, cabe salientar, que a Concessionária não dispõe de relatório de composição analítica dos bens vinculados às obrigações vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica, não permitindo dessa forma a aplicação dos procedimentos requeridos.

2.3 - Ativos e passivos regulatórios - CVA e itens financeiros

- 2.3.1 Obter planilha com saldos de 31/12/2013, a movimentação de 2014 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA até a data-base de revisão/reajuste tarifário e a movimentação complementar do ano de 2014 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até 31/12/2014.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 2.3.2 Confrontar os saldos de CVA da data-base da revisão/reajuste tarifário da planilha mencionada no item anterior com os montantes homologados pela ANEEL.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 2.3.3 Testar as 5 maiores constituições de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 2.3.4 Testar as 5 maiores atualizações monetárias de saldos (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 2.3.5 Testar as 5 maiores amortizações de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

2.4 - Demais saldos de contas de ativo, passivo e resultado

- 2.4.1 Além dos procedimentos específicos para os temas acima detalhados, para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, consideramos os saldos das demonstrações contábeis societárias.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 2.4.2 Para os saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, com base na materialidade planejada para o processo de auditoria das demonstrações financeiras societárias (NBC TA 320 Materialidade no

Planejamento e na Execução da Auditoria), realizamos testes de auditoria da mensuração e movimentação de saldos.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

3. Nosso relatório foi preparado como resultado da aplicação dos procedimentos previamente acordados e para o uso restrito da Administração da **Companhia Campolarguense de Energia - COCEL** e, entendemos que será encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme definido entre as partes, em atendimento a Resolução nº 396/2010 e não deve ser divulgado a terceiros sem o nosso prévio consentimento.

Maringá - PR, 27 de março de 2015.

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2


Valdemir Bez
Contador

CRC PR 037.262/O-2



**RELATÓRIO
DE
RESPONSABILIDADE
SOCIAMBIENTAL**

2014

INDICE

				Folha
1.			MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
2.			A EMPRESA	3
	2.1.		Perfil	3
	2.2.		Missão	4
	2.3.		Visão	4
	2.4.		Política da Qualidade	4
	2.5.		Política da Qualidade no tratamento das reclamações	4
	2.6		Princípios e Valores	4
	2.7		Organização e Gestão	4
		2.7.1.	Estrutura Organizacional	4
	2.8		Governança Corporativa	5
	2.9		Auditoria Externa	5
3.			INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIROS	6
	3.1.		Geração e Distribuição da Riqueza	6
	3.2.		Produtividade	7
4.			INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL	7
	4.1.		Indicadores Internos	7
		4.1.1.	Aspectos Qualitativos	7
		4.1.2.	Perfil dos Colaboradores	10
		4.1.3.	Perfil dos Salários	11
		4.1.4.	Comparação Salarial	11
		4.1.5.	Saúde e Segurança	11
		4.1.6.	Educação e Treinamento	11
		4.1.7.	Segurança e Medicina do Trabalho	11
		4.1.8.	Cursos e Palestras	12
5.			INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	13
	5.1.		Clientes e Consumidores	13
	5.2.		Fornecedores	16
	5.3.		Indicadores do Setor Elétrico	17
		5.3.1.	Universalização	17
		5.3.2.	Programa “Luz para Todos”	17
		5.3.3.	Programa “Luz Fraterna”	18
		5.3.4.	Tarifa de Baixa Renda	18
		5.3.5.	Programa de Pesquisa & Desenvolvimento	18
		5.3.6.	Programa de Eficiência Energética	19
	5.4.		Investimentos Sociais	19
		5.4.1.	Programa de apoio a projetos sociais	20
6.			INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL	20
7.			BALANÇO SOCIAL	21

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO ANUAL DE RESPONSABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL DE 2013

CARTA DO PRESIDENTE

A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob nº.75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

O ano de 2014 foi bastante turbulento para o setor energético no país, com reajustes tarifários que desequilibraram as finanças das concessionárias. Também passamos por mudanças nas regras para renovação das concessões, que vencem em 2015. As concessionárias precisaram de muito profissionalismo e empenho de suas equipes para enfrentar a crise que está se desencadeando.

Mesmo o país vivendo um momento de pouco crescimento econômico, a Cotel continua crescendo em número de consumidores, energia vendida e na qualidade do atendimento prestado. Em 2014, a Companhia atingiu a marca de 47.471 unidades consumidoras atendidas, sendo que 175 com fornecimento em alta tensão. Em toda a extensão do município a Companhia está presente.

Uma significativa parcela do orçamento da Cotel foi destinada em 2014 à realização de obras e melhoria e ampliação da rede de distribuição. Garantir a qualidade da energia entregue ao consumidor e minimizar as interrupções são os objetivos que norteiam toda a equipe técnica da empresa. Após minucioso estudo, foram instalados religadores automáticos nos circuitos mais críticos. A realização da manutenção preventiva também foi intensificada – atividades como poda de vegetação próxima à rede e revisão de materiais. Outros projetos de melhoria iniciaram em 2014, como o processo de compra da subestação e a adoção de redes compactas.

Para garantir à qualidade no atendimento prestado a atualização de funcionários é constante – foram 2.773 horas de treinamento em 2014. A Companhia também conta com as certificações ISO 9001 e ISO 10002 nos escopos que envolvem diretamente os serviços prestados aos consumidores. A busca pela qualidade total faz parte do dia-a-dia da empresa, visando sempre melhorar os processos e otimizar o uso dos recursos.

Destaco ainda o teatro promovido pela Companhia através do Programa de Eficiência Energética – realizado em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A peça foi desenvolvida especialmente para tratar sobre o fim do desperdício e do risco no mau uso da energia elétrica. Foram mais de 3 mil expectadores em diversos bairros da cidade, que agora levam adiante o conhecimento adquirido.

Atualizamos nosso método de emissão de faturas e a central de tele atendimento. O sistema de “faturamento instantâneo” já está sendo utilizado em diversos bairros, e em breve será aplicado em toda a cidade. O novo sistema permite que a fatura seja emitida assim que a leitura é realizada, trazendo mais agilidade ao trabalho. A central de atendimento telefônico passou a contar com menu inicial que permite a solicitação de alguns serviços de forma automática, sem necessidade de falar com atendente. Informação de falta de energia, solicitação de religações e solicitações para manutenção na iluminação pública são serviços que podem ser solicitados diretamente. A capacidade de atendimento aumentou consideravelmente com a mudança, garantindo que todos sejam atendidos mesmo em períodos críticos.

O ano de 2014 será por muito tempo lembrado por um dos episódios mais críticos da história da cidade – a chuva de granizo de 17 de outubro que devastou diversos bairros. O

prejuízo causado pelo granizo já é de conhecimento de todos. Quero registrar aqui que este episódio também mostrou a determinação e a coragem de nossa equipe. Foram dias seguidos de trabalho ininterrupto para garantir o restabelecimento do fornecimento de energia em toda a cidade. Em 17 de outubro comemoramos o “Dia do Eletricista”, e foi nesta data que estes profissionais puderam mais uma vez mostrar o quanto são valorosos e essenciais à cidade.

Registro o mais sincero agradecimento aos profissionais que se dedicam a garantir o melhor atendimento, a melhor energia possível aos campo-larguenses. Obrigado também aos fornecedores, prestadores de serviço, conselheiros, acionistas e todos que contribuem para o sucesso da empresa.

Boa leitura!

Cordialmente,

Emídio Pianaro Junior.
Diretor Presidente

2. A EMPRESA

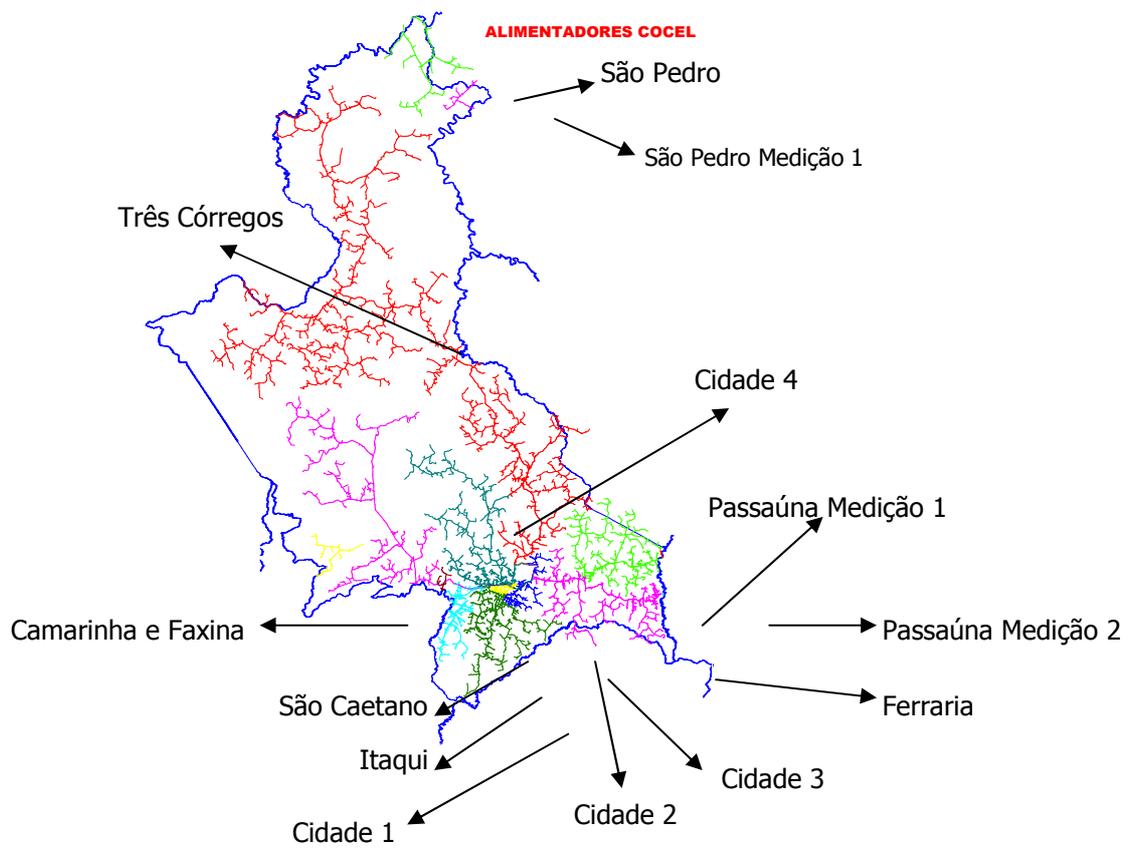
2.1. PERFIL

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, com contrato de concessão para prestação de Serviços Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 027/1999, assinado em 30/03/1999, com prazo de vigência de 20 anos, podendo ser renovado por mais 20 anos. Prazo final de vencimento do contrato em 07/07/2015.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cocal manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 122.443 habitantes, segundo dados do IBGE 2014.



2.2. Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

2.3. Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

2.4. Política da Qualidade

“Melhorar continuamente os nossos serviços de distribuição de energia elétrica, atendendo as expectativas dos clientes, acionistas, colaboradores e comunidade”. (ISO-9001)

2.5. Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

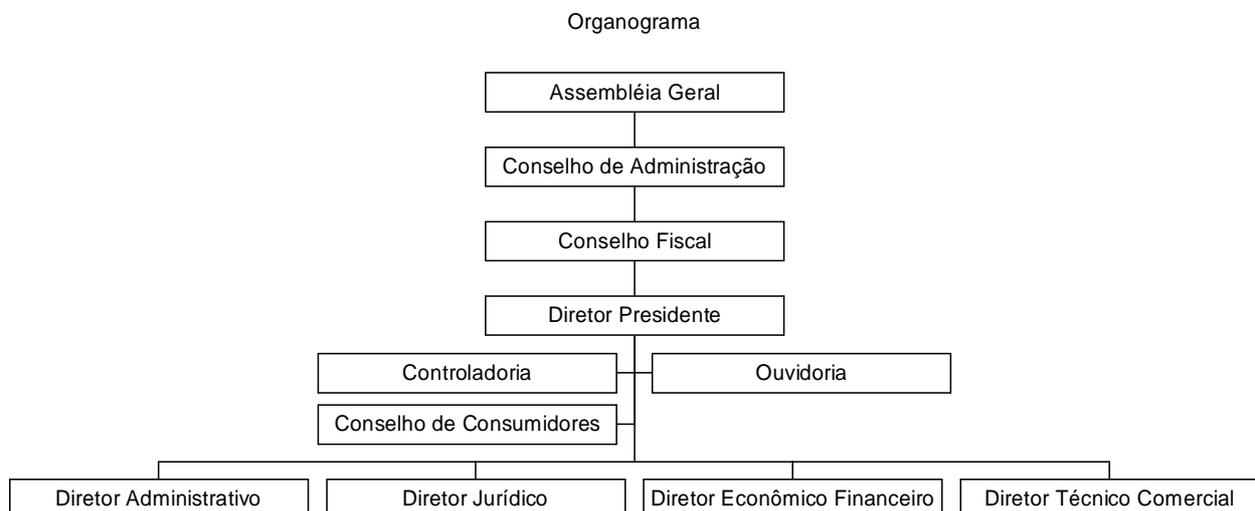
2.6. Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores”.

2.7. Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 46 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

2.7.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por dez acionistas eleitos pela Assembléia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº-101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

2.8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia Campolarguense de Energia – Cotel, é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 36.000 (trinta e seis milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2014	2013
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

2.9. AUDITORIA EXTERNA

A Cotel tem como contratada a empresa BEZ & Associados Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis e financeiras.

3. INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIROS

3.1. Geração e Distribuição de Riqueza

Geração de Riqueza (R\$ mil)	2014			2013	
	R\$ mil	% V.	% H	R\$ mil	% V.
RECEITA OPERACIONAL (Receita bruta de venda de Energia e serviços)	116.832	100%	21%	96.555	100%
Fornecimento de Energia	112.369	96%	20%	93.620	97%
Residencial	36.477	31%	17%	31.065	32%
Industrial	47.669	41%	15%	41.406	43%
Comercial	19.544	17%	31%	14.965	16%
Rural	1.380	1%	24%	1.114	1%
Poder Público	1.963	2%	18%	1.666	2%
Iluminação Pública	3.250	3%	19%	2.736	3%
Serviço Público	1.987	2%	31%	1.513	1%
(-) Receita Ultrapassagem Demanda e Reativos	(641)	-1%	-24%	(844)	
Neutralidade Parcela A	165	0%	-33%	247	0%
Fornecimento Não Faturado	575	0%	-%	(248)	0%
Outras Receitas	4.463	4%	52%	2.935	2%
Receita Arrendamento/Alugueis	860		11%	772	
Renda de Prestação de Serviços	142		23%	115	
Serviço Taxado	674		-5%	710	
Subvenção Baixa Renda	552		23%	447	
Subvenção s/Desc.Tarifas Serv.Público	1.158		54%	750	
Serv.Prestados Manut.Iluminação Publica	916		-	-	
Outras Receitas	161		14%	141	
(-) INSUMOS (Compra de Energia, Material, Serviços de Terceiros, etc.)	59.887		25%	48.046	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	56.945		17%	48.509	
(-) Quotas de Reintegração	2.698		8%	2.501	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	54.247		19%	45.412	
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO (Receita Financeira)	1.715		20%	1.424	
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	55.962		18%	47.608	

DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA POR PARTES INTERESSADAS	2014			2013	
	R\$ mil	% V.	% H	R\$ mil	% V
Remuneração do Trabalho	8.025	14%	6%	7.589	16%
Indenizações	73	0%	-%	-	0%
Encargos Previdenciários e outros encargos	3.059	5%	12%	2.733	6%
Benefícios	1.790	3%	7%	1.671	3%
Previdência Privada	29	0%	7%	27	0%
Participação nos Lucros	567	1%	16%	487	1%
Governo (Impostos, Taxas, Contribuições e Encargos Setoriais)	36.519	65%	15%	31.651	66%
Financiadores – Despesas Financeiras	650	1%	28%	506	1%
Dividendos	1.250	2%	-%	1.250	3%
Variação do Patrimônio Líquido	4.000	7%	136%	1.694	4%
(=) VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	55.962	100%	18%	47.608	100%

DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA – Governo e Encargos Setoriais	2014			2013	
	R\$ mil	% V.	% H	R\$ mil	% V
Tributos/Taxas/Contribuições					
ICMS	28.903	79%	17%	24.624	78%
COFINS/PIS/PASEP	4.395	12%	8%	4.065	13%
IRPJ/CSLL	984	3%	9%	899	3%
IPVA	19	0%	-10%	21	0%
IPTU	8	0%	0%	8	0%
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	39	0%	-7%	42	0%
OUTROS TRIBUTOS	50	0%	79%	28	0%
Encargos Setoriais					
RGR	8	0%	-87%	61	0%
CCC	-	0%	0%	175	1%
CDE	1.252	3%	27%	987	3%
PEE / P&D	751	2%	24%	608	2%
TAXA DE FISCALIZAÇÃO	110	0%	-17%	133	0%
(=) VALOR DISTRIBUÍDO TOTAL	36.519	100%	15%	31.651	100%

3.2. Produtividade

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE	2014	2013
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	116.832	96.555
Deduções da Receita (R\$ mil)	41.722	35.432
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	75.110	61.123
Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	69.373	57.727
Resultado da Atividade de Concessão (R\$ mil)	5.737	3.396
Resultado Financeiro (R\$ mil)	186	315
Lucro Líquido (R\$ mil)	5.250	2.945
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ mil)	1.250	1.250
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	8.435	5.897
Margem do EBITDA (%)	11,2%	9,6%
Liquidez Corrente	1,10	1,09
Liquidez Geral	1,07	1,04
Margem bruta (lucro líquido / receita operacional bruta)	4,5%	3,0%
Margem Líquida (lucro líquido/receita operacional líquida)	7,0%	4,8%
Inadimplência de clientes (contas vencidas até 90 dias / Receita Operacional bruta nos últimos 12 meses)	3,1%	2,7%

4. INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

Os indicadores Sociais expressam os impactos das atividades da empresa em relação ao Público interno.

4.1. Indicadores Internos

4.1.1. Aspectos Qualitativos

POLÍTICAS SOCIAIS E DE RECURSOS HUMANOS

Responsabilidade Social é muito mais do que um simples ato de filantropia motivada pôr marketing promocional da empresa ou de relações públicas, é mais nobre do que garantir que o

nosso produto seja seguro e confiável, mais nobre do que gerar riquezas e empregos, ou recolher impostos na condução normal de negócios.

A Responsabilidade Social para a Cotel é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas no que toca à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo. É sobretudo, uma atitude pro ativa de estender a mão aos mais carentes, é ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda sua atuação, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.
Participação dos empregados em sindicatos

Os funcionários da Cotel contam com um representante junto ao Sindicato dos Eletricitários do Paraná – Sindelpar, o qual é eleito pela maioria.

Processo de Participação nos Lucros ou Resultados da Companhia

São distribuídos até 15% (quinze por cento) do lucro líquido apurado anualmente, após as deduções definidas no Art. 28 do Estatuto Social da COCEL, como prêmio, a título de Participação nos Lucros, aos empregados da Companhia integrantes do quadro de carreira, à critério do Conselho de Administração da empresa, desde que os dividendos acusados no exercício sejam iguais ou superiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido.

Para tanto, fica sobre a responsabilidade da Cotel, instalar Comissão Paritária, com representantes da empresa, dos empregados e do Sindicato, para discutir metas, critérios e formas de distribuição dos Lucros em cada exercício.

Remuneração, benefícios e carreira

Uma das bases para obter a máxima eficiência em sua administração é ter o servidor público como seu aliado e verdadeiro colaborador. Para isto, sua administração necessita apenas investir corretamente em recursos humanos.

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos contempla uma série de alternativas que permitem aos gestores da empresa administrar os recursos humanos de forma estimulante e competitiva, normatizando as relações de trabalho, valorizando o conhecimento, a competência e o desempenho da força de trabalho. Os objetivos abaixo descritos permitirão à empresa:

- Prever qualitativamente e quantitativamente, os recursos humanos;
- Delimitar atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a cada cargo;
- Definir especificações de cargos;
- Estabelecer uma estrutura salarial;
- Oferecer oportunidades de remuneração capazes de produzir continuada estimulação, nos empregados, elevando seus padrões de produtividade.

A Política de Administração dos Cargos, Carreira e Vencimentos da Empresa têm por objetivo reconhecer a capacitação profissional e o desempenho dos seus funcionários. O desenvolvimento técnico-profissional do funcionário e sua contribuição efetiva para os resultados da empresa serão os indicadores utilizados para esse reconhecimento.

Essa administração será feita considerando:

A relatividade interna: cada cargo terá sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função.

Equilíbrio orçamentário da empresa: a política salarial levará em conta o desempenho da empresa e seus resultados.

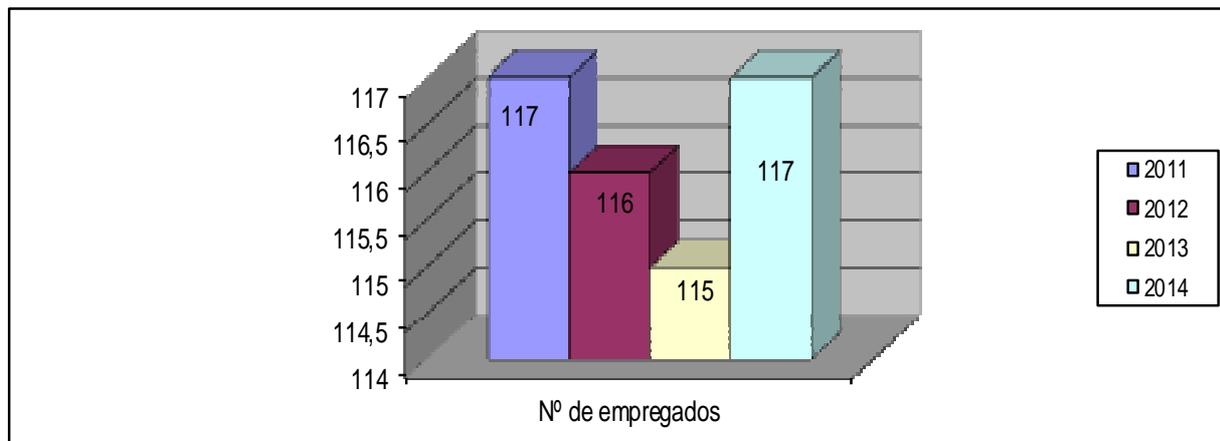
Normas e Procedimentos de Funcionamento do Sistema de Administração de cargos: Os salários serão administrados dentro das faixas salariais de cada Classe de cargos. A determinação dos salários individuais será feita conforme as seguintes normas e procedimentos.

Salário de Admissão: nenhum funcionário a ser admitido deverá perceber salário inferior ao estabelecido como piso da categoria em convenção coletiva.

Salário para um novo cargo: para se definir a faixa salarial de um novo cargo na mesma carreira, este deverá passar pelo processo de avaliação e classificação, conduzida pela área de Recursos Humanos, com base nas atribuições do novo cargo e nos critérios estabelecidos quando da elaboração do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos, ou seja: escolaridade, experiência, contatos, complexidade das atividades, poder de decisão, criatividade e responsabilidade por erros.

Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 117 colaboradores.



Programa de Alimentação

A Cotel distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.065 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 60% (sessenta por cento).

Nos meses de abril e/ou maio, é realizado campanha de vacinação anti-gripal estendido a todos os funcionários da Companhia.

Convênio odontológico

A COCEL mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Inclusive implantes. Estende-se também aos dependentes. Sobram a cargo do funcionário em média 20% do tratamento.

Convênio Farmácia

A Cotel mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.

Previdência Privada

Houve investimento referente à aposentadoria privada Brasil Prev no valor de R\$ 29 mil, representando 30% de participação da empresa.

Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 46 mil em bolsa de estudos, visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manter seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária.

Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Cenecista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com 07 estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

Menor Aprendiz - Combate a mão-de-obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 menores desenvolveram atividades na Companhia.

Ajuda de Custo de Material Escolar

A Cotel conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos 45 mil.

4.1.2. Perfil dos Colaboradores

Colaboradores	% em relação ao total de colaboradores	% em cargos de gerência em relação ao total de cargos de gerência	% em cargos de diretoria em relação ao total de cargos de diretoria
Mulheres	23%	31%	-
Mulheres negras e pardas	-	-	-
Homens negros e pardos	7%	-	-
Portadores de deficiência	2%	-	-
Acima de 45 anos	26%	25%	20%

4.1.3. Perfil dos Salários

(em salário médio) – em R\$

Colaboradores	Homens negros e pardos	Homens brancos	Mulheres negras e pardas	Mulheres brancas
Cargos de diretoria	-	15.000	-	-
Cargos gerenciais	-	6.424	-	5.165
Cargos Administrativos	4.115	3.675	-	3.351
Cargos de produção	2.528	2.528	-	1.302

4.1.4. Comparação Salarial

Salários	Índice
Divisão da maior remuneração pela menor paga (inclui participação nos lucros)	8,0
Divisão do menor salário pelo salário mínimo vigente (inclui participação nos lucros)	3,00

4.1.5. Saúde e Segurança

Acidentes	2014	2013
Com afastamento	6	8
Sem afastamento	4	3

4.1.6. Educação e Treinamento

Investimentos	2014	2013
% de investimentos em educação e treinamento em relação à receita total	0,11%	0,08%
% de investimentos em educação e treinamento em relação ao total de despesas operacionais	0,18%	0,19%
% de investimentos em educação e treinamento em relação ao total de gastos com pessoal	1,04%	1,20%

4.1.7. Segurança e Medicina do Trabalho

Mantemos uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercícios semanais.

4.1.8. Cursos e Palestras de Segurança do Trabalho Realizado na Companhia - 2013

Curso	Carga Horária	Funcionários treinados
Apresentação da empresa e suas diretrizes	3h	7
Construção, manutenção e operação de rede de distribuição de área	255h	6
Curso básico: segurança em instalações de serviços com eletricidade. Conteúdo mínimo conforme Anexo III da NR 10, editada pela portaria 598 de dezembro de 2004 – MTE.	80h	4
Curso complementar: Segurança no Sistema Elétrico de Potência – SEP e em suas proximidades	80h	4
Curso de cipeiro	20h	15
Curso de manutenção em rede de distribuição compacta em linhas desenergizadas (linha morta)	24h	6
Curso de operador de guindauto	32h	3
Fundamentos básicos de eletricidade	64h	4
Instruções da norma técnica de COCEL – NTC 001	02h	43
Integração do colaborador	01h	1
NR 35 – Trabalho em altura	16h	4
Relações interpessoais	24h	4
Responsabilidade civil e criminal	08h	4
Salvamento e resgate em estruturas de rede de distribuição	26h	4
Segurança do Trabalho – Riscos adicionais, acidentes de trabalho EPIs e EPCs, normas regulamentadoras e riscos profissionais	28h	4
Sistema de gestão de qualidade	01h	1
Sistema de proteção de redes de distribuição	02h	8
Treinamento de combate a incêndio	04h	11
Treinamento ISO 9001	03h	15
Treinamento Ordem de Serviço	13h	56
Treinamento para atendimento a consumidores da COCEL	80h	2
XVIII SIPAT – Semana Interna de prevenção de acidentes	05h	134
TOTAL	771h	340

5. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

5.1. Clientes e Consumidores

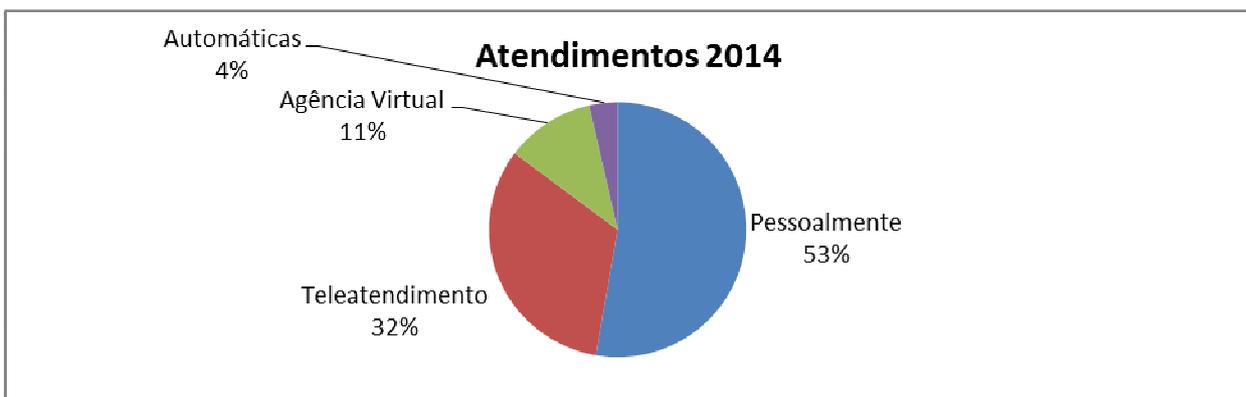
Atendimento a Clientes:

No que diz respeito à relação entre a Cocal e seus clientes e consumidores, podemos destacar os seguintes aspectos:

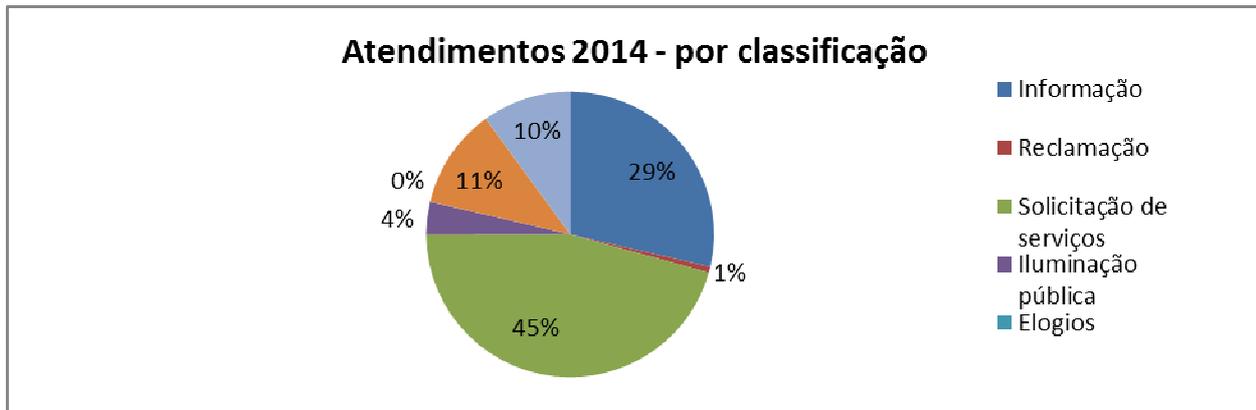
O Setor de Atendimento conta com quatorze colaboradores, sendo onze próprios, uma estagiária e dois menores aprendizes. A Companhia disponibiliza cinco canais de atendimento a seus consumidores:

- Pessoalmente, realizado na sede da empresa, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30.
- Teleatendimento: ligação gratuita para o telefone 0800-7262121, o atendimento comercial é realizado de segunda-feira a sábado, das 8h às 20h, e o atendimento a emergências 24h, todos os dias.
- Agência Virtual: disponível em tempo integral, em nosso site www.cocel.com.br.
- "Fale conosco" / e-mail atendimento@cocel.com.br: disponível em tempo integral, com link na página inicial do site oficial.
- Mensagem de sms: disponível em tempo integral, pelo telefone (41) 9106-9146, exclusivamente para informação de falta de energia.

Um total de **170.801** protocolos de atendimento foi gerado em 2014 (incluindo as ligações abertas automaticamente, Agência Virtual, sms e central telefônica). A quantidade de atendimentos em meios alternativos cresce a cada ano, porém ainda há alguns casos em que é necessário que o consumidor compareça à sede da Cocal, e o meio preferido pelo consumidor para informar falta de energia continua sendo o telefone. A maior parte dos atendimentos foi realizada pessoalmente, na sede da empresa (53%). O teleatendimento foi responsável por 32% do total, enquanto Agência Virtual por 11%. Os atendimentos gerados automaticamente (pedidos de religação quando se constata o pagamento da fatura) foram 4% do total.



A maioria dos atendimentos realizados é para registro de solicitações de serviço, seguidas de informações a respeito de faturas.



Em novembro de 2014 houve um grande avanço na qualidade do atendimento prestado ao consumidor, com a implantação da central de atendimento telefônico automatizada. A central do 0800-7262121 passou a ter linhas digitais e menu inicial com cinco opções:

- 1) Informar falta de energia;
- 2) Informar problemas na rede (como galhos caídos);
- 3) Informar problemas na iluminação pública;
- 4) Solicitar religação;
- 5) Falar com atendente.

O próprio consumidor pode registrar suas solicitações seguindo as orientações da central automatizada, sem necessidade de interferência do atendente. O número de linhas disponíveis para a central também foi ampliado. Com as mudanças a capacidade de atendimento da central telefônica cresceu consideravelmente, garantindo qualidade no atendimento até mesmo em situações críticas – durante faltas de energia generalizadas, por exemplo, quando uma grande quantidade de consumidores entra em contato ao mesmo tempo. Em casos de falta de energia, quando o consumidor registra a informação via central telefônica, já é avisado se a interrupção se trata de desligamento programado ou não, e a previsão para normalização do fornecimento – quando houver.

A nova central também possibilita que os consumidores solicitem o serviço de religação a qualquer momento, mesmo quando não há atendente disponível. O atendimento da central fica disponível 24 horas, todos os dias.

O processo de desenvolvimento e instalação da nova central telefônica levou cerca de doze meses, onde todos os processos envolvidos foram revisados e melhorados, e foi realizada a instalação dos novos equipamentos softwares. A melhoria promovida pela Cocal é pioneira entre as concessionárias de pequeno porte, resultado de um grande esforço de seus funcionários.

Em 2014 a Cocal passou a avisar os desligamentos programados para realização de obras também através de mensagens de celular (sms). Os avisos já são feitos através do site, em jornal e duas rádios locais. Com o aviso adicional via sms, a Companhia aumenta ainda mais a efetividade na comunicação com seus consumidores.

As ações de divulgação da Cocal sempre divulgam as formas de contato com a Companhia, ressaltando os meios alternativos – como a Agência Virtual e sms. Em 2014 foram realizadas campanhas informativas em rádios e jornais locais sobre o uso do sms para informar falta de energia, sobre prevenção de acidentes e uso responsável da energia elétrica.

Atendimentos pelo número 0800 - 726 2121	2011	2012	2013	2014
Total de ligações atendidas	104.120	114.006	111.558	170.801
% de ligações atendidas, do total de ligações registradas	82,3%	82,9%	84,0%	88,0%
% de ligações não atendidas	17,7%	17,1%	16,0%	11,0%
Tempo médio de espera até o início do atendimento	33s	31s	32s	33s

Apenas em 2009 a COCEL passou a contar com o software que possibilita o registro de todas as chamadas, assim como a separação entre as chamadas atendidas e perdidas.

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 34 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria da COCEL é um setor independente dos demais, e fica à disposição dos clientes que desejarem fazer sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores.

As Ouvidorias das Concessionárias de energia elétrica são regulamentadas pela Resolução 470/2011 – ANEEL.

No ano de 2014 a Ouvidoria atendeu 107 reclamações de clientes, sendo que 11% delas foram feitas via telefone, 50% pessoalmente, 34% foram registradas junto à ANEEL e 5% no PROCOM.

Perfil de consumidores e clientes

Venda de Energia por classe tarifária	2014			2013	
	MWh	% V	Variação H %	MWh	% V
Residencial	81.757	26,7%	5,2%	77.709	26,2%
Industrial	142.240	46,5%	-1,5%	144.358	48,5%
Comercial	50.547	16,5%	12,8%	44.794	15,1%
Rural	7.223	2,4%	7,1%	6.745	2,3%
Poder Público	4.506	1,5%	0,7%	4.475	1,6%
Iluminação Pública	13.143	4,3%	0,5%	13.075	4,4%
Serviço Público	6.292	2,1%	11,2%	5.660	1,9%
Consumo próprio	115	0,0%	0,1%	116	0,0%
Total	305.823		3,0%	296.932	

Qualidade técnica, continuidade e segurança dos serviços

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes.

a) Qualidade técnica dos serviços prestados:	2014	2013
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) – Conjunto Campo Largo – Valor apurado	9,09	9,73
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) – Conjunto Campo Largo – Limite	10,00	11,00
Duração Equivalente de Interrupção p/Unidade Consumidora (DEC) – Conjunto Distrito Industrial – Vlr apurado	11,92	12,76
Duração Equivalente de Interrupção p/Unidade Consumidora (DEC) – Conjunto Distrito Industrial – Limite	12,00	13,00
b) Continuidade dos serviços prestados		
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) – Conjunto Campo Largo – Valor apurado	6,72	8,44
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) – Conjunto Campo Largo – Limite	8,00	9,00
Frequência Equivalente de Interrupção p/Unidade Consumidora (FEC) – Conjunto Distrito Industrial – Valor apurado	8,81	7,47
Frequência Equivalente de Interrupção p/Unidade Consumidora (FEC) – Conjunto Distrito Industrial – Limite	9,00	10,00
c) Segurança no uso final de energia do consumidor		
Taxa de gravidade (TG) de acidentes com terceiros por choque elétrico na rede da concessionária	-	-

5.2. Fornecedores

A Cotel efetua contratações de Materiais e Serviços de acordo com os preceitos da Lei n.º 8.666/93 (Lei das Licitações), e outros instrumentos legais pertinentes, não sendo possível estabelecer critérios que visem a escolha de seus fornecedores. A Lei prevê isonomia dos participantes.

Atendendo a diretriz da Administração, a Cotel vem adotando recentemente, a modalidade de pregão presencial em suas licitações.

É exigida dos participantes de licitações, declaração assinada por responsável ou representante legal da empresa, quanto à condição de trabalho infantil e escravo ou análogo, nas quais as partes contratantes se comprometem a:

Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal;

Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos para qualquer trabalho. Salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Em 2014, aproximadamente 77% do valor total das compras de materiais firmados com a Cotel, foram do Estado do Paraná e 13% de outras federações.

5.3. Indicadores do Setor Elétrico

5.3.1. Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.

5.3.2. Programa “Luz para Todos”

O que é o programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa foi orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor.

Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

HISTORICO DAS OBRAS DE “LUZ PARA TODOS”

Nas obras do Programa Luz para Todos, a COCEL forneceu a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL já encerrou o programa em 2014 com atendimento de 100% de seus consumidores. Foram realizadas 1377 novas ligações o que abrangeu aproximadamente 6.500 habitantes.

QUADRO DE METAS FÍSICAS DO PROGRAMA (PREVISTO X REALIZADO)

Tipo	Realizado Total
Consumidores	1.377
Padrões de entrada	1.345
Kit Instalação interna	1.142
Km de rede A.T.	338
Km de rede B.T.	38
Postes	4.236
Transformadores	563
Potência instalada (kVA)	9.142

5.3.3. Programa “Luz Fraterna”

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o Bolsa Família cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. O programa atende também consumidores de classe rural que tenham o cartão do Bolsa Família com ligação monofásica ou bifásica com disjuntor de até 50 amperes para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2014	2013
Nº de residências atendidas	1.619	1.556
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	3,85%	4,17%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	245	160
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,94%	0,72%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	245	160

5.3.4. Tarifa do Programa Baixa Renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com as seguintes condições:

- I – família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou
- II – quem receba o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou
- III – família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa.

Tarifa de Baixa Renda	2014	2013
Nº de residências atendidas	3.109	3.056
Residências atendidas pelo Programa Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	7,41%	8,20%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	920	923
Total da receita de faturamento da classe de consumo “Baixa Renda” em relação ao total da receita do faturamento residencial	3,52%	4,71%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa Baixa Renda (R\$ mil)	549	456

5.3.5. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

A COCEL ao elaborar o Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica objetivou ações aplicadas à conscientização da correta utilização do uso da energia elétrica, as quais têm objetivado a educação da sociedade, no sentido do combate ao desperdício, postergando assim obras de expansão do sistema elétrico.

A COCEL tem um projeto em andamento onde investirá **R\$ 350 mil reais** em projetos que compreendem uma metodologia de aplicação de religadores monofásicos dedicados à rede de

distribuição baseada em otimização de indicadores de continuidade, um software que implementará tal metodologia para uso da COCEL e um projeto piloto em um alimentador de distribuição.

5.3.6. Projetos de Eficiência Energética

Por lei, as distribuidoras de energia devem aplicar anualmente parte de seu lucro em projetos de Eficiência Energética. Com o objetivo de combater ao desperdício de energia, a COCEL reserva 0,5% da sua receita operacional líquida para desenvolver o Programa de Eficiência Energética (PEE), seguindo a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O programa de racionalização representa uma nova atitude, uma nova forma de usufruir de tudo o que a energia elétrica pode proporcionar, suprimindo desperdícios. Para muitas famílias, além da economia na fatura de energia o programa de racionalização representa ganhos na qualidade de vida.

Em 2014 a COCEL iniciou um novo projeto de Eficiência Energética voltado à classe de consumidores de baixa renda, beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica. Combinando ações educacionais e troca de equipamentos, a Companhia promove a conscientização das famílias e a redução de consumo. Como parte do projeto, a peça teatral "Família sem noção, só confusão!" foi apresentada em treze escolas de nosso município - atingindo um público de mais de 3.500 pessoas. De forma leve e divertida a peça alertou sobre os maus hábitos que causam desperdício no consumo de energia elétrica, sobre as situações que podem ser perigosas e também sobre o que fazer quando a energia acaba. O combate ao desperdício de energia no segmento de baixa renda representa benefício direto não apenas para as famílias, com a diminuição da conta de luz, mas contribuem de modo significativo também para o sistema elétrico.

5.4. Investimentos Sociais

Valores	2014	2013
Percentual do Lucro Líquido destinado à totalidade em ações sociais	0,4%	0,5%
Percentual do Faturamento Bruto destinado à totalidade em ações sociais	-	-
Percentual de doações a título de produtos e serviços sobre o total destinado	87,0%	88,0%
Percentual de doações em espécie sobre o total destinado	18,0%	24,0%
Percentual de investimentos em projeto social próprio sobre o total destinado	-	-

Foi doado o valor de R\$ 13 mil reais para projetos culturais.

5.4.1. Programa de Apoio a Projetos Sociais

Em 2007, foi aprovada pelos Acionistas, a destinação de até 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido da Companhia a projetos Sociais, inclusive com alteração no Estatuto Social em seu Artigo 29.

Foi criado para tanto, uma comissão instituída pela Diretoria da Cotel, composta por 5 (cinco) membros: sendo um ouvidor, um representante da CIPA, um funcionário da área técnica, um funcionário da área administrativa e um funcionário da área jurídica.

6. INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

A Cocel, por ser uma Concessionária exclusivamente distribuidora de Energia Elétrica, não conta com programas específicos relacionados ao Meio Ambiente.

São tomadas providências regularmente junto ao órgão ambiental IAP – Instituto Ambiental do Paraná, para autorização de cortes de árvores, que são necessários para construção ou reforma de redes.

Não efetivamos novas ligações em áreas protegidas sem que o consumidor apresente anuência do órgão ambiental.

7. BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2014 – Valor (R\$ mil)			2013 – Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	80.690			67.458		
Lucro Operacional	4.703			2.943		
Folha de Pagamento Bruta	11.905			10.971		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	1.065	8,9%	1,3%	949	8,7%	1,4%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	2.693	22,6%	3,3%	2.372	21,6%	3,5%
Previdência privada	29	0,2%	0,0%	27	0,3%	0,0%
Saúde	623	5,2%	0,8%	580	5,3%	0,9%
Segurança e Medicina no Trabalho	91	0,8%	0,1%	50	0,5%	0,1%
Educação	91	0,8%	0,1%	90	0,8%	0,1%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenv.Profissional	23	0,2%	0,0%	63	0,6%	0,1%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	495	4,2%	0,61%	412	3,8%	0,61%
Outros	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	5.110	42,9%	6,3%	4.543	41,4%	6,7%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	315	10,7%	0,5%
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	315	10,7%	0,5%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	36.519		45,3%	31.475		46,7%
Total – Indicadores Sociais Externos	41.629		51,6%	31.790		47,1%

	2014	2013
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	117	115
Nº de empregados terceirizados	46	46
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	42	42
2º Grau	52	49
1º Grau	23	24
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	19	13
De 30 até 45 anos (exclusive)	50	64
Acima de 45 anos	48	38
Admissões durante o período	11	7
Demissões durante o período	9	8
N.º de mulheres que trabalham na empresa	25	21
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31,3%	26,7%
Estagiários	8	7
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2014			2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração	8,0			7,7		
Nº total de acidentes de trabalho	8			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/ consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2014.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2014.

Emidio Pianaro Junior
Diretor Presidente

Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico

Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Administrativo

Adriano Huber
Diretor Jurídico

Marcus Preis
Diretor Econômico/Financeiro

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8